



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90020/2026	
OBJETO	Formação de registro de preços, pelo prazo de 1 (um) ano, para eventual contratação de serviços de transporte fluvial de passageiros e cargas, nos termos e condições estabelecidos neste edital e em seus anexos integrantes.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	Das 08h do dia 24 de junho até às 14h29 do dia 9 de julho de 2026 , no sítio www.gov.br/compras (UASG 070024), devendo ser observado o horário oficial de Brasília.
ABERTURA DAS PROPOSTAS	As propostas serão abertas no sítio www.gov.br/compras (UASG 070024), às 14h30 do dia 9 de julho de 2026 . A sessão pública será operada sistema no ComprasGov, por meio do Portal de Compras do Governo Federal.
ENDEREÇO DO TRE-RO	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, Endereço: Av. Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Baixa União CEP 76.805-901 Porto Velho – Rondônia Telefones: (69) 3211-2000/2165/2082 Internet: https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2026 .
PREGOEIROS	ANDERCLEDSON REIS HERMENSON PEREIRA DA SILVA LUCAS SOUZA CASTRO RODRIGO KATIBONE HOLANDA E-MAIL: licitacao@tre-ro.jus.br



SUMÁRIO

1. PREÂMBULO.....	3
2. AQUISIÇÃO DO EDITAL, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES	3
3. OBJETO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	4
4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	4
5. DA FASE DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS.....	7
6. DA FASE DE LANCES	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	11
8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	13
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO	17
10. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO NA HABILITAÇÃO DE ME/EPP	18
11. CONDIÇÕES GERAIS DE JULGAMENTO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO	19
12. DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DO CADASTRO RESERVA	20
13. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA, DO REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO	21
14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	22
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	23



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90020/2026
PROCESSO Nº 0000361-47.2026.6.22.8000

1. PREÂMBULO

1.1. A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, através de seu PREGOEIRO, designado pela Portaria nº 24/2026, expedida pela Direção-Geral deste Tribunal, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO** por grupo/lote, na forma de execução **INDIRETA**, sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, conforme as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2. Esta licitação será regida pela Lei nº 14.133/21, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos Federais nº 8.538/2015 e nº 11.462/2023, e pela Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2023, além do previsto no Termo de Referência e demais anexos integrantes deste edital.

1.3. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será operada sistema no ComprasGov (www.gov.br/compras), por meio do Portal de Compras do Governo Federal, e terá início com a divulgação das Propostas de Preços recebidas, **às 14h30 do dia 9 de julho de 2026**.

2. AQUISIÇÃO DO EDITAL, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

2.1. O edital estará disponível a partir das **08h do dia 24 de junho de 2026**:

a) no sítio da internet: www.gov.br/compras (UASG 070024);

b) no sítio da internet:

<https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2026>.

c) mediante **solicitação formal** pelo e-mail licitacao@tre-ro.jus.br.

2.2. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos sobre os termos deste edital e seus anexos ou impugná-lo no prazo de até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura do certame.

2.2.1. O pedido de esclarecimento e a impugnação ao edital, devidamente identificados, serão realizados **exclusivamente por meio eletrônico** e deverão ser apresentados ao Pregoeiro através do endereço licitacao@tre-ro.jus.br.

2.2.2. O Pregoeiro responderá ao pedido de esclarecimentos e decidirá sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo solicitar informações da unidade técnica, demandante, especializada e outras unidades, bem como solicitar apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno.

2.2.3. Os questionamentos serão respondidos e publicados em ordem sequencial no portal de transparência deste Tribunal, no endereço <https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2026> e na página de compras na internet do Governo Federal, no endereço www.gov.br/compras (UASG 070024). As respostas vincularão os participantes e a administração, sendo dever dos licitantes acompanhá-las, não podendo alegar desconhecimento.

2.3. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

3. OBJETO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A presente licitação tem como objeto a Formação de registro de preços para eventual contratação de serviços de transporte fluvial de passageiros e cargas (urnas eletrônicas e materiais logísticos), visando atender à 20ª Zona Eleitoral no Baixo Madeira durante o ciclo das Eleições 2026, nos termos e condições estabelecidos neste edital e em seus anexos integrantes, abaixo resumido:

GRUPO/LOTE	ITEM	OBJETO	QTD DE DIÁRIAS	PARTICIPAÇÃO
1	1	20/07 a 24/07/2026. Voadeira, tipo lancha – capacidade mínima para 06 (seis) pessoas.	5	EXCLUSIVO ME/EPP
	2	14/09 a 18/09/2026. Voadeira, tipo lancha – capacidade mínima de 06 (seis) pessoas.	5	
2	3	01/10 a 05/10/2026. Barco com capacidade mínima para 60 (sessenta) pessoas.	5	AMPLA PARTICIPAÇÃO
	4	22/10 a 26/10/2026. Barco com capacidade mínima para 60 (sessenta) pessoas.	5	
3	5	01/10 a 05/10/2026. Frota de até 10 voadeiras, tipo lancha – capacidade mínima para 06 (seis) pessoas por lancha.	5	AMPLA PARTICIPAÇÃO
	6	22/10 a 26/10/2026. Frota de até 10 voadeiras, tipo lancha – capacidade mínima para 06 (seis) pessoas por lancha.	5	

3.2. O objeto desta licitação completa-se com as especificações, termos e condições estabelecidos nos anexos integrantes deste edital, em especial o **Termo de Referência**, que define as quantidades, a forma de execução dos serviços e as obrigações das partes e as penalidades decorrentes do descumprimento dessas obrigações.

3.3. Havendo divergências entre a descrição do material e o respectivo código do Catálogo de Matérias (CATMAT) do sistema SIASG/COMPRASGOV, prevalecerá a estabelecida no Termo de Referência.

3.4. As despesas decorrentes da eventual contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento deste Tribunal.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação as seguintes empresas do ramo:

- Grupo 1 do objeto:** exclusivamente as empresas do ramo enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP), nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar 123/06;
- Grupos 2 e 3 do objeto:** todas as empresas do ramo, em ampla concorrência.

4.1.1. Observado o item 4.1, poderão participar desta licitação as empresas que:

- estejam previamente cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, disponível em, www.gov.br/compras e no Sistema de Compras do Governo Federal.
- possuam registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- manifestarem a ciência e concordância com as condições contidas neste edital, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e que suas propostas estão em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório.

4.1.2. Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio e a participação de profissionais reunidos em regime de cooperativa, observadas as condições previstas neste edital e na legislação correlata.

4.2. O acesso do licitante ao sistema comprasnet, bem como a sua manutenção, dar-se-á mediante o seu prévio registro cadastral atualizado no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional

de Contratações Públicas (PNCP), para participação em licitações eletrônicas, ou, em sua ausência, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

4.2.1. Após o cadastro no sistema unificado, o fornecedor deverá se cadastrar no sistema “Comprasnet” para participar das licitações eletrônicas.

4.2.2. O credenciamento perante o provedor do sistema e sua utilização implica responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para operacionalização e realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

4.2.3. Incumbirá à licitante acompanhar o certame e as operações no sistema eletrônico, durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da ação, omissão, desconexão ou perda de negócios por inobservância de quaisquer mensagens emitidas no sistema.

4.2.4. A guarda, manutenção e utilização da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante. Não cabe ao provedor do sistema ou ao TRE-RO responsabilidade por eventuais danos decorrentes de operações equivocadas ou uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.3. A verificação de que o licitante possui registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação poderá ser feito em qualquer fase da licitação mediante solicitação de apresentação de cópia do ato constitutivo ou consulta dos registros no SICAF.

4.4. A manifestação do licitante de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e de que sua proposta está em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório, deverá ser feita em campo próprio do sistema eletrônico.

4.5. No presente certame será concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, consoante dispõem a Lei Complementar n. 123/2006, Lei Complementar n. 147/2014 e Decreto Federal n. 8.538/2015, consistindo em:

- a) participação exclusiva para ME/EPP no grupo 1 do objeto;
- b) preferência em caso de empate ficto, mediante lance de desempate, nos grupos 1 e 2 do objeto;
- c) habilitação fiscal/trabalhista tardia.

4.5.1. Para usufruir do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, o licitante deve, no ato de envio de sua proposta, em campo próprio do Sistema, declarar, sob as penas da lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido referido no item 4.5, observado o art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.5.2. A declaração do licitante, na forma prevista no item 4.5.1, caracteriza a manifestação expressa de que o licitante não possui, no ano-calendário de realização da licitação, contratos celebrados com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme o § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.5.3. O Pregoeiro poderá, em qualquer fase da licitação, diligenciar no sentido de verificar se o licitante declarante está devidamente enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.5.4. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.



4.5.5. Será prioritária a aquisição dos produtos das cotas reservadas, se houver, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

4.5.6. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.6. Não poderão participar deste pregão eletrônico os potenciais licitantes enquadrados em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

- a)** não cumpram os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, quando aplicável;
- b)** não possuam registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- c)** que, em regime de **consórcio**, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- d)** que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação, salvo se comprovar que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente;
- e)** em cumprimento de penalidade de impedimento de licitar e contratar no âmbito da União ou deste Tribunal;
- f)** que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, enquanto durarem seus efeitos;
- g)** que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas pelo Tribunal de Contas da União – TCU – inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Federal (art. 46 da Lei 8.443/92);
- h)** empresas que, por decisão judicial, estejam proibidas de contratar com o Poder Público.
- i)** estrangeiras não autorizada a funcionar no País;
- j)** empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- k)** sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- l)** Pessoa física.

4.6.1. O impedimento de que trata as alíneas “e”, “f”, “g”, “h” e “j” do item 4.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta licitação ou do fornecimento de bens a ela necessária, servidor ou dirigente do TRE-RO, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria. A vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.7.1. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o servidor ou dirigente e o licitante ou responsável pelos serviços, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários, salvo se a empresa contratada tenha, na condição de sócio cotista, servidor do órgão contratante sem capacidade para influenciar o resultado da licitação e sem atribuições ligadas à gestão ou à fiscalização do contrato.

4.8. O Pregoeiro procederá à desclassificação, recusa da proposta ou a inabilitação do licitante, conforme fase em que se encontre a licitação, quando verificada a ocorrência de qualquer das hipóteses a seguir elencadas:



- a) participação no certame de empresa que não possua registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- b) declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e de conformidade de sua proposta com as exigências deste instrumento convocatório; e
- c) declaração falsa relativa a atendimento dos requisitos para gozo dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 ou relativa a qualquer outro benefício ou preferência.
- d) participação no certame de empresa enquadrada em quaisquer das hipóteses previstas nas alíneas do item 4.6 e 4.7 deste edital.

5. DA FASE DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS

5.1. Após a divulgação do edital, no endereço eletrônico www.gov.br/compras (UASG 070024), os interessados deverão apresentar propostas, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas e da documentação.

5.1.1. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

5.1.2. Uma vez aberta a sessão, os licitantes acham-se vinculados às suas propostas. Não serão aceitos pedidos de desistência de propostas, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceitos pelo Pregoeiro.

5.2. A proposta deverá descrever, no espaço reservado pelo Sistema Eletrônico, a especificação do objeto ofertado, a qual deverá estar em conformidade com as especificações, termos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sob pena de possível desclassificação.

5.2.1. A proposta registrada no Sistema ComprasGov deverá conter:

- a) a descrição do objeto;
- b) os preços unitário e total de cada item, ofertados em moeda corrente nacional.

5.2.2. Constitui **ANEXO OBRIGATÓRIO DE PROPOSTA**, quando solicitado pelo Pregoeiro, a apresentação de proposta comercial e declarações, em conformidade com o ANEXO I deste edital.

5.2.2. A quantidade máxima a ser adquirida corresponde ao quantitativo total do objeto.

5.2.3. Não será permitida a oferta de proposta com quantitativo inferior ao quantitativo máximo do objeto e, consequentemente, não haverá possibilidade de cotação de preços diferentes por um mesmo licitante.

5.2.4. Quando do cadastramento da proposta, poderá o sistema permitir ao licitante parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto final máximo, observada a necessidade de conhecimento acerca do funcionamento do sistema e das regras correlatas, bem como a responsabilidade acerca valores parametrizados cadastrados.

5.3. Salvo se exigido pelo edital ou pelo Pregoeiro, é facultado aos licitantes encaminhar descrição complementar às especificações contidas no edital, bem como material e documentos complementares à sua proposta. Todavia, eventualmente apresentados, vinculará a aceitação e execução do objeto.

5.3.1. A descrição, os materiais e os documentos complementares deverão apenas acrescentar características e especificações à descrição originalmente definida no edital para o objeto, não podendo, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA PARA O ITEM, conter elementos que contrariem as



características e especificações do objeto estabelecidas originalmente no edital, reduzindo a sua qualidade ou utilidade.

5.4. Os valores apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, entrega/frete, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital.

5.4.1. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham sido objeto de desclassificação no julgamento das propostas, por caracterizarem preço inexecutável, serão considerados como inclusos, não sendo considerados pleitos de ajustes, a esse ou qualquer título, devendo o fornecimento/serviço ser realizado sem ônus adicionais.

5.5. Em nenhuma hipótese, poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer condição que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo:

- a) no que tange aos valores ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame ou durante a negociação;
- b) no caso de diligências e ajustes que não importem em modificação do objeto e da proposta.

5.6 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas.

5.7. O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, **60 (sessenta) dias**, contados da data da abertura da Sessão Pública.

5.7.1. Ficará suspenso esse prazo pela eventual interposição de recurso, até a sua decisão final.

5.7.2. Em havendo negociação para redução de valores ou ajuste na proposta, o prazo passará a contar da negociação ou da apresentação da proposta atualizada.

5.7.3. O prazo de validade da proposta poderá ser prorrogado por acordo entre as partes.

5.7.4. Considera-se não escrito o prazo de validade de proposta inferior ao estipulado, prevalecendo, nesse caso, o mínimo estabelecido neste edital.

5.7.5. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

6. DA FASE DE LANCES

6.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, mantendo-se em sigilo a identificação do licitante ofertante.

6.1.1. Assim como as propostas, os lances serão ofertados considerando o **PREÇO UNITÁRIO** de cada item, em moeda corrente nacional.

6.1.2. Caberá ao sistema ComprasGov a reunião automática dos itens em grupos, de acordo com o fixado no item 3.1 deste edital e no Termo de Referência.

6.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado, as regras de aceitação e o intervalo mínimo de **0,5% (meio por cento)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação aos lances que cobrirem a melhor oferta.

6.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado.

6.3.1. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.3.2. O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

6.4. Em havendo mais de um lance de igual preço, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.5. No transcurso da Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do preço do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

6.6. Será adotado o **modo de disputa aberto**, no qual a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos.

6.6.1. Após o prazo do item 6.6, a etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema por dois minutos quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período inicial de duração da etapa.

6.6.2. Novas prorrogações sucessivas de dois minutos ocorrerão sempre que houver lances enviados no período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.6.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta.

6.7. Encerrada a etapa de lances, estes serão ordenados pelo sistema e divulgados na ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço ou na ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.8. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva de lances no Pregão, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes, para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.8.1. Quando, porém, a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva de lances no Pregão, persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública poderá ser suspensa e, nesse caso, será reiniciada somente depois de decorrido o prazo mínimo de vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sistema ComprasGov e no sítio eletrônico:

<https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2026>

6.9. Os lances apresentados e não excluídos pelo Pregoeiro são de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração ou desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas neste edital.

6.10. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na lei 14.133/21.

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.10.1. A avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes depende de regulamentação, que poderá ser utilizada desde que o ato seja editado e esteja vigente e em vigor até o momento da abertura do certame.

6.10.2. Na forma do art. 5º do Decreto Federal nº 11.430/2023 o desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho poderá ser adotado como critério de desempate, nos termos do disposto no inciso III do caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021

6.10.2.1. A forma e os critérios de comprovação de desenvolvimento de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho são as definidas na Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 382, de 17/09/2025, sendo as ações divididas em três níveis:

I – ações de nível ouro;

II – ações de nível prata; e

III – ações de nível bronze.

6.10.3. Na forma do art. 60, IV, da Lei nº 14.133/2021 o desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade poderá ser adotado como critério de desempate.

6.10.3.1. Quando solicitado pelo Pregoeiro, o Licitante apresentará comprovação de implementação do programa de integridade (art. 4º, II, do Decreto 12.304/2024).

6.10.4. Para fazer jus aos critérios de desempate previstos nos incisos III e IV do item 6.10 acima, o licitante apresentará declaração no sistema. Caso o benefício venha a ser utilizado de qualquer forma, o licitante será convocado a apresentar comprovações.

6.11. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas brasileiras;

b) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

c) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.

6.12. Persistindo o empate, após observados todos os critérios estipulados, a classificação se dará mediante sorteio, a ser realizado dentro do sistema Compras.Gov.br, caso haja essa funcionalidade.

6.12.1. Caso o sistema Compras.Gov.br não disponibilize ferramenta de sorteio, o Pregoeiro se valerá da estrutura e da credibilidade das loterias da Caixa Econômica Federal, de forma clara, transparente e acessível a todos os interessados.

6.12.2. Ocorrendo empate com até 5 licitantes, o Agente de Contratação utilizará o sorteio da Loteria Federal, da seguinte forma:

I – O Agente de Contratação indicará a data do concurso que servirá como referência para o sorteio;

II – O Agente de Contratação vinculará um número do prêmio principal (1º ao 5º) a cada licitante, por ordem estritamente alfabética. Para fins de ordem alfabética, números precedem letras;

III – Verificado o sorteio, a ordem de classificação na licitação se dará na ordem decrescente de número de bilhetes sorteados;

IV – Será o primeiro colocado aquele que for sorteado com número maior de bilhete;

V – As colocações intermediárias, se houver, observarão a ordem decrescente dos números de bilhetes sorteados;

VI – Será o último colocado aquele que for sorteado com o número menor de bilhete.



6.12.3. Ocorrendo empate com mais de 5 licitantes, o Agente de Contratação utilizará quantos concursos referenciais forem necessários para abranger todos os licitantes empatados.

6.12.4. O sorteio dos números pode ser conferido por todos na página da Caixa no Youtube: <https://www.youtube.com/@canalcaixa>. O resultado do sorteio também pode ser conferido no site <https://loterias.caixa.gov.br/Paginas/Federal.aspx>.

7. DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro iniciará o julgamento da aceitabilidade das propostas apresentadas em relação às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital e seus anexos e aos preços estimados pela Administração para cada um dos itens.

7.1.1. A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada, observada a ordem de classificação.

7.2. No julgamento das propostas, será adotado o **critério de MENOR PREÇO DO GRUPO**, observados os preços estimados de cada um dos itens, expressos em moeda corrente nacional.

7.3. A aceitação da proposta está condicionada à compatibilidade do seu valor ofertado com aqueles estimados pela Administração, **tanto em relação ao preço total do grupo quanto ao preço unitário de cada item que o compõe**, sem prejuízo do atendimento às exigências expressas neste instrumento convocatório e seus anexos.

7.4. Obtida uma proposta que atenda às exigências do edital, o Pregoeiro iniciará a negociação do preço, observada a ordem de classificação, encaminhando pelo Sistema Eletrônico, via chat, contraproposta à licitante, com o objetivo de obtenção de melhor proposta, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

7.5. No caso de oferta de preço demasiadamente inferior àquele estimado pela Administração e aos praticados pelo mercado, o Pregoeiro poderá solicitar à licitante a comprovação documental idônea da exequibilidade da proposta, bem como realizar as diligências que entender necessárias e suficientes para verificar a exequibilidade da proposta analisada.

7.5.1. Em se tratando de serviços comuns, serão consideradas propostas presumidamente inexequíveis aquelas que:

- a) cujos preços apresentem valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração (art. 34 da IN SEGES 73/2022);
- b) não comprovarem ser suficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

7.5.2. Verificada proposta presumidamente inexequível, o licitante será convocado, via chat, a apresentar, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de recusa da proposta:

- a) documentação idônea comprovando que o preço da proposta é suficiente para cobrir, pelo menos, todos os custos da contratação;
- b) Planilha com todos os custos;
- c) Comprovação da existência de custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.5.3. O prazo previsto para comprovação de exequibilidade da proposta poderá ser prorrogado, mediante pedido da empresa licitante, desde que o pedido seja devidamente justificado. O prazo total, incluindo a prorrogação, será de até 5 (cinco) dias úteis.



7.6. Caso o preço ofertado se encontre acima do preço estimado pela Administração, o Pregoeiro convocará o licitante para, no prazo de até 1 (uma) hora, manifeste seu interesse em negociar.

7.6.1. Encerrada a negociação, restando esta **infrutífera, com preço julgado inaceitável**, o Pregoeiro recusará a proposta do licitante que ofertou o menor preço para o item em julgamento e passará a apreciar a proposta do licitante seguinte e assim sucessivamente, até a obtenção de uma proposta que atenda a todas as exigências deste edital.

7.7. Caso o preço seja aceitável, o Pregoeiro solicitará do licitante mais bem classificado, via sistema, a apresentação, **se for o caso**, de:

- a) proposta comercial atualizada;
- b) anexos de proposta;
- c) outros documentos necessários.

7.7.1. A apresentação de proposta, anexos e outros documentos, se exigidos, deve ser realizada pelo licitante através do Sistema ComprasGov, no prazo de até 2 (duas) horas, a contar da convocação do Pregoeiro.

7.8. Havendo dúvida quanto ao ofertado pelo licitante que apresentou o menor preço atender às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital, o Pregoeiro poderá solicitar documentação complementar, no prazo e forma previstos no item 7.7.1, prorrogável, a critério do Pregoeiro.

7.8.1. O prazo para apresentação de documento previsto no item 7.8 poderá correr simultaneamente com os prazos previstos nos itens 7.5.2 e 7.7.1.

7.8.2. A não apresentação pelo licitante do documento solicitado, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, importará na recusa de sua proposta para o item em julgamento.

7.8.3. O prospecto ou documentação complementar apresentados pelo licitante serão submetidos à análise da unidade demandante do objeto desta licitação, a qual manifestar-se-á formalmente quanto ao atendimento ou não do ofertado em relação às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital.

7.9. Se, após a análise dos documentos encaminhados pelo licitante, for verificado que a proposta não atende às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital, o Pregoeiro recusará a proposta do licitante que ofertou o MENOR PREÇO para os itens em julgamento e passará a apreciar a proposta do licitante seguinte e assim sucessivamente, até a obtenção de uma proposta que atenda às exigências deste edital.

7.10. Será desclassificada a proposta:

- a) manifestamente inexecutável, se a proponente não comprovar robustamente a exequibilidade quando solicitada pelo Pregoeiro;
- b) cujo valor se encontre acima do preço estimado, refletido por meio de pesquisa de preços constante nos autos, e o licitante não queira reduzir ao preço estimado ou não manifeste interesse em negociar;
- c) cujo quantitativo seja inferior ao quantitativo máximo do objeto;
- d) que apresente vício insanável;
- e) que não atender às especificações e exigências estabelecidas no edital e seus anexos;
- f) se a proponente não apresentar comprovações, documentação complementar, anexos e/ou não atender diligência solicitados pelo Pregoeiro;
- g) se o licitante renunciar expressamente ao prazo estipulado para comprovações, complementações e diligências, e a renúncia for aceita pelo Pregoeiro.



7.11. Obtida proposta que atenda aos requisitos do edital, o Pregoeiro procederá à aceitação. O sistema automaticamente abrirá oportunidade para registro de intenção de recurso e passará à fase de habilitação.

8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Para habilitação do licitante que teve a proposta aceita na fase de negociação/aceitação de proposta exigir-se-á documentação relativa a:

- a) habilitação jurídica;
- b) habilitação fiscal, social e trabalhista;
- c) habilitação técnica;
- d) declarações legais.

8.2. Os documentos a serem apresentados para comprovação da **HABILITAÇÃO JURÍDICA** são os seguintes:

- a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social constante no registro competente;
- b) no caso de sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

8.2.1. Tratando-se de consórcios, deverá, ainda, ser apresentando o compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, que deverá conter, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) designação do consórcio e sua composição;
- b) finalidade do consórcio;
- c) prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas, inclusive a proporção econômica e financeira da respectiva participação de cada consorciado em relação ao objeto licitado;
- f) previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) indicação da empresa responsável pela liderança do consórcio e seu respectivo representante legal, que terá poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar o contrato e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado e atender às seguintes condições de liderança:
 - g.1) a líder do consórcio é a empresa que detém a maioria da participação no consórcio;
 - g.2) a empresa líder do consórcio deve ser empresa da área técnica, ou seja, empresa prestadora de serviços correspondente ao objeto;
 - g.3) a empresa líder será responsável por todos os atos administrativos, técnicos e judiciais nesse processo, sem prejuízo da responsabilidade de cada um dos consorciados.
- h) compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do órgão contratante até o cumprimento do objeto da contratação, mediante a emissão do termo de recebimento definitivo, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem.

8.2.2. Tratando-se de profissionais organizados sob a forma de cooperativa, deverá, ainda, ser apresentado:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social;
- c) comprovação do registro competente, incluindo o registro previsto no art. 107 da Lei 5.764/71 8.2.2.1.



8.2.2.1. A constituição e o funcionamento da cooperativa devem observar as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

8.2.2.2. A cooperativa deve apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados.

8.2.2.3. Qualquer cooperado, com igual qualificação, deve ser capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas, salvo os profissionais indicados com responsáveis técnicos.

8.2.2.4. O objeto social da cooperativa deve ser compatível com o objeto desta licitação, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012.

8.3. Os documentos a serem apresentados para comprovação da **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** são os seguintes:

- a) comprovação de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) comprovação de regularidade perante as fazendas federal, municipal ou distrital do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) comprovação de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) comprovação de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.4. Os documentos a serem apresentados para comprovação da **HABILITAÇÃO TÉCNICA** são os seguintes:

a) certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso, comprovando o transporte fluvial de, no mínimo, 50% da quantidade de passageiros previstos no TR, ou seja, mínimo de 3 (três) passageiros para voadeira e 30 (trinta) para o barco grande, em um período não inferior a 2 (dois) dias.

a.1) para fins de comprovação de desempenho de atividade pertinente e compatível ao objeto da licitação, a licitante poderá apresentar atestados de serviços executados pela empresa com a própria embarcação que está indicando no certame e/ou com outras embarcações sob sua regular propriedade ou posse legal quando da execução dos serviços atestados;

a.2) será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

a.3) os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

a.4) o fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

b) Prova de atendimento aos requisitos abaixo discriminados para os LOTES 1 e 3 - embarcação tipo voadeira com capacidade mínima para 06 (seis) pessoas e motor de popa de no mínimo 90 (noventa) HP:

b.1) TIE - Título de Inscrição da Embarcação: Expedido pelo órgão naval competente, conforme o art. 2º, VI, da Lei nº 9.537/97 (LESTA), atualizada pela Lei nº 14.813/2024, e em conformidade com a NORMAM-202/DPC;

b.2) Termo de Responsabilidade: Apresentar o Termo de Responsabilidade para embarcações não sujeitas a vistorias obrigatórias para emissão de CSN, conforme as Normas da Autoridade Marítima para Navegação Interior NORMAM-202/DPC;



b.3) CIR - Caderneta de Inscrição e Registro: Do condutor e tripulantes, expedida pelo órgão naval competente, conforme as Normas da Autoridade Marítima para a Carreira de Aquaviários NORMAM-101/DPC;

c) Prova de atendimento aos requisitos abaixo discriminados para o LOTE 2 - Embarcação com capacidade mínima para transporte de 60 (sessenta) pessoas:

c.1) CTS - Cartão de Tripulação de Segurança: Expedido conforme os requisitos de lotação e segurança da NORMAM-202/DPC;

c.2) PRPM – Provisão de Registro de Propriedade Marítima: Válida, expedida pelo Tribunal Marítimo, comprovando o registro da embarcação com arqueação bruta superior a 100 AB, conforme o art. 2º, VI, da Lei nº 9.537/97 e a NORMAM-202/DPC, item 2.1.6, alínea "a";

c.3) CIR - Caderneta de Inscrição e Registro: Da tripulação completa (conforme CTS), em conformidade com a NORMAM-101/DPC;

c.4) CSN - Certificado de Segurança da Embarcação: Válido, comprovando a arqueação bruta e a capacidade de transporte de passageiros, conforme a NORMAM-202/DPC;

c.5) Vistoria Anual: Documento vigente da última vistoria anual aprovada pela Capitania Fluvial, atestando o cumprimento das normas de navegação NORMAM-202/DPC;

c.6) Declaração de ciência quanto à obrigatoriedade de realização do despacho formal de cada viagem perante o órgão naval competente antes do início da execução do serviço, conforme a NORMAM-204/DPC

c.7) Comprovação, por parte do responsável pela embarcação, do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por embarcações ou por sua carga, instituído pela Lei nº 8.374, de 30 de dezembro de 1991 (DPEM).

c.7.1) caso seja diligenciado e comprovado que não há, no mercado, sociedade seguradora que ofereça o seguro de que trata o item supracitado, a exigência torna-se sem efeito, nos termos do § 3º, Art. 14, da Lei nº 8.374, de 30 de dezembro de 1991.

8.5. Os documentos a serem apresentados a título de **DECLARAÇÕES LEGAIS são os seguintes:**

a) ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordando com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;

c) que atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;

d) que inexistente impedimento à habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão contratante;

e) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

f) manifesta ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

g) que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

h) que observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante;

i) que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;

j) no caso de Cooperativa: que atende ao disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

k) que não tem inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas à escravidão e, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas à escravidão ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.



8.5.1. Os documentos de que tratam as alíneas “a” a “j” do item 8.5, acima, poderão ser apresentados pelos licitantes diretamente no sistema ComprasGov.

8.5.2. A declaração de que trata a alínea “k”, do item 8.5 acima, deverá ser apresentada pelo licitante por meio de modelo de declaração, conforme **ANEXO I** deste edital.

8.6. Constituem documentos complementares à habilitação, a serem obtidas pelo Pregoeiro diretamente dos sítios eletrônicos dos órgãos responsáveis:

- a) comprovação de inexistência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, mediante consulta on-line ao banco de dados desse órgão através do link https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php e obtenção de certidão negativa;
- b) comprovação de inexistência de registro como empresas inidôneas e/ou suspensa Sistema Integrado de Registro no CEIS/CNEP, mantido pela da Controladoria-Geral da União, mediante consulta on-line ao banco de dados desse órgão através do link <https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>, e, utilizando o número do CNPJ do licitante, obtenção da informação de que não foram encontrados registros;
- c) comprovação de inexistência de registro na Lista de Licitantes Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União, mediante consulta on-line ao banco de dados desse órgão através do link https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:4752632183492:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO e obtenção de certidão negativa.
- d) comprovação de inexistência de registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CadIn);
- e) comprovação de situação do fornecedor junto ao SICAF, no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras>) e obtenção do espelho.

8.6.1. Caso conste na consulta de situação do licitante junto ao SICAF a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.6.1.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.6.2. As consultas referentes às alíneas “a”, “b” e “c” do item 8.6 acima poderão ser substituídas pela consulta consolidada de pessoa jurídica no site do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

8.7. Tratando-se de empresa estrangeira que não funciona no Brasil, tanto em participação isolada ou que integre consórcio com liderança de empresa brasileira, tais empresas podem se cadastrar no SICAF mediante a apresentação de documentos equivalentes aos exigidos das empresas brasileiras e estrangeiras autorizadas a funcionar aqui.

8.8. No caso de um ou mais documentos requeridos não existirem em outros países, o responsável pelo cadastramento deverá justificar a omissão, em campo próprio, disponibilizado no sistema. A equivalência entre documentos e omissões na sua apresentação serão objeto de cuidadosa apreciação pelo Agente de Contratação, podendo promover a realização de diligências.



8.9. Relativamente à habilitação de consórcio de empresas:

8.9.1. É vedado à empresa consorciada participar, nesta licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada. A inobservância dessa regra importa no afastamento definitivo dos licitantes envolvidos, em qualquer fase do certame.

8.9.2. O consórcio, se vencedor, é obrigado a promover sua constituição e registro antes da celebração do contrato.

8.9.3. Não haverá substituição de consorciado durante o certame licitatório. Eventual substituição de consorciado poderá ocorrer somente na execução contratual e deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante mais bem classificado, observada a ordem de classificação.

9.2. A apresentação dos documentos de habilitação por parte da empresa licitante deverá ser realizada através do Sistema ComprasGov, no prazo de até 2 (duas) horas, a contar da convocação do Pregoeiro.

9.2.1. Após a apresentação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.3. A documentação exigida para atender ao disposto no item 8.1. poderá ser obtida pelo Pregoeiro mediante consulta ao SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), no que couber, desde que os documentos ali constem e estejam válidos, vigentes e sem pendências.

9.4. Caso seja necessária a verificação da vigência, validade ou outras comprovações dos documentos apresentados pelo licitante ou dos registros no SICAF, a consulta realizada pelo Pregoeiro nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

9.4.1. Os documentos referidos no item 9.4 deste edital poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

9.5. A empresa licitante é responsável pela manutenção das condições de habilitação durante todo o certame, devendo reapresentar documento cujo prazo de validade tenha expirado, quando convocada pelo Pregoeiro, na forma de documentação complementar.

9.6. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos comprovantes exigidos no presente edital.

9.7. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do próprio licitante:

- a) se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;



c) Documentos emitidos em nome da matriz somente serão válidas para suas filiais mediante expressa declaração do órgão emissor ou de disposição legal.

9.8. O licitante será **INABILITADO** se:

- a) não apresentar a documentação exigida no edital e solicitada pelo Pregoeiro;
- b) apresentar documentação intempestiva ou por meio inadequado;
- c) verificado o desatendimento de quaisquer dos requisitos de habilitação estabelecidos neste edital;
- d) não apresentar comprovações, documentação complementar e anexos e/ou não atender diligência solicitados pelo Pregoeiro;
- e) o licitante expressamente renunciar ao prazo estipulado para comprovações, complementações e diligências e a renúncia for aceita pelo Pregoeiro.

9.9. No caso de inabilitação, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias por parte dos próximos licitantes, observada a ordem de classificação.

9.10. Verificado o atendimento às exigências habilitatórias fixadas no edital, o licitante será **HABILITADO** e declarado vencedor. O Pregoeiro abrirá oportunidade para registro de intenção de recurso, sucedendo-se a etapa recursal.

10. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO NA HABILITAÇÃO DE ME/EPP

10.1. Será concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte na fase de habilitação, consoante dispõem a Lei Complementar n. 123/2006, e o Decreto Federal n. 8.538/2015.

10.2. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10.3. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.5. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.6. O não-atendimento a pedido de concessão da prorrogação de prazo de que trata o subitem 10.4, devidamente requerida e justificada pelo licitante, deverá ser justificado pela Administração.

10.7. A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10.8. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal e trabalhista.



11. CONDIÇÕES GERAIS DE JULGAMENTO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

11.1. Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas e dos documentos de habilitação apresentados com os requisitos estabelecidos neste edital, bem como promover diligências e solicitar documentação complementar, o Pregoeiro poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sessão, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário de reabertura.

11.1.1. A consulta realizada pelo Pregoeiro nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de documentos e certidões constitui meio legal de prova.

11.2. Em qualquer momento, caso seja necessário para a adequada compreensão e regularidade da proposta e da habilitação, o Pregoeiro poderá solicitar ao licitante informações e/ou documentos complementares ou ajustes, sendo motivo de recusa ou inabilitação o não atendimento ou o atendimento inadequado por parte do licitante.

11.2.1. É vedada a majoração nos valores GLOBAL e UNITÁRIO da proposta quando da realização de ajustes.

11.3. Havendo necessidade de apresentação de documentos complementares para confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados pelo licitante, seja para verificar o atendimento a exigências do edital, ou documento ausente, comprobatório de condição pré-existente atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais documentos de proposta ou de habilitação, por equívoco ou falhas ou, ainda, por outros motivos devidamente justificados, o Pregoeiro poderá solicitar a documentação necessária.

11.4. O Pregoeiro fará a solicitação de documentos de proposta, habilitação, anexos ou complementares via sistema comprasnet. O sistema encaminhará, via CHAT, mensagem de convocação para apresentação de anexos ao licitante selecionado, **momento do qual passará a contar o prazo de até 2 (duas) horas para apresentação** do documento solicitado, via sistema.

11.4.1. O prazo previsto no item 11.4 poderá ser prorrogado por igual período, a pedido do licitante, desde que a justificativa seja aceita pelo Pregoeiro e a solicitação seja apresentada dentro do prazo inicialmente estabelecido.

11.4.2. O ônus da apresentação da proposta, da habilitação, dos anexos, comprovações e documentação complementar é do licitante, cabendo-lhe exclusivamente a responsabilidade, no que concerne ao solicitado, pela escolha dos arquivos, a verificação de todas as condições necessárias, inclusive formato, tamanho e quantidade dos arquivos escolhidos, bem como o conhecimento e a adequada operação do sistema e o acesso à internet.

11.4.3. A não apresentação pelo licitante do anexo solicitado, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, importará na recusa de sua proposta ou inabilitação, conforme o caso.

11.5. Os documentos de proposta e de habilitação poderão ser submetidos à análise da unidade técnica/demandante competente para o objeto desta licitação, da qual será solicitada manifestação formal quanto ao atendimento ou não em relação às exigências definidas neste edital.

11.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais nas fases de julgamento de proposta e de habilitação não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública.



11.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para adequada aferição das propostas e da habilitação, devendo fundamentar seu requerimento, o qual terá pertinência das alegações analisada pelo Pregoeiro.

11.8. Não serão consideradas quaisquer vantagens não previstas no edital.

11.9. A recusa de proposta, a inabilitação do licitante e qualquer outra decisão serão sempre fundamentadas e registradas no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.10. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

11.11. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, vedada outra forma de comunicação, salvo se devidamente justificado e publicitado, observados o disposto no item 2.2.

12. DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DO CADASTRO RESERVA

12.1. Após o término de cada uma das fases de julgamento das propostas e de habilitação, o sistema abrirá, de forma automática, prazo para que qualquer licitante manifeste sua intenção de recorrer, devendo o licitante interessado fazê-lo de forma imediata, exclusivamente em campo próprio do sistema.

12.2. A ausência de manifestação imediata, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 10 (dez) minutos, implicará preclusão do direito de recurso dos licitantes.

12.3. Apresentada a intenção de recurso, será concedido automaticamente o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso ao(s) licitante(s) interessado(s), a contar do encerramento da fase de habilitação.

12.4. Apresentadas as razões recursais, os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de divulgação da interposição do recurso no sistema.

12.5. A intenção de recorrer, as razões e as contrarrazões recursais devem ser apresentadas exclusivamente via sistema, em campo próprio, observados os respectivos prazos.

12.6. Caso o licitante pretenda anexar documentos na etapa recursal, deverá fazê-lo diretamente no sistema, em campo próprio.

12.7. O recurso será dirigido ao Pregoeiro que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à Direção-Geral, a qual proferirá sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

12.8. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados mediante solicitação via e-mail licitacao@tre-ro.jus.br ou diretamente na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, sem ônus para o Tribunal.

12.9. A falta de apresentação das razões de recurso caracterizará a desistência de recorrer.

12.10. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.11. Superada a etapa recursal, a autoridade competente poderá:



- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação, total ou parcialmente, por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação, total ou parcialmente.

12.12. Após a homologação, sem prejuízo de comunicação pelo Pregoeiro durante a condução do certame, a Assessoria de Licitações e Contratações – ASLIC convocará, por e-mail, os licitantes classificados para, no prazo de 24 horas, manifestarem, caso queiram, interesse em compor o cadastro reserva.

12.12.1. A formação de cadastro de reserva tem por objetivo a convocação para contratação no caso de eventual impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

12.12.2. O e-mail de que trata o item 12.13 acima é aquele cadastrado no SICAF, cabendo ao licitante a devida atualização dos seus dados no sistema, bem como arcar com eventual perda de oportunidade no caso de e-mail desatualizado, problemas de acesso ou de conexão com a internet.

12.12.3. Na manifestação, os licitantes interessados deverão informar:

- a) interesse em compor o cadastro reserva com preço igual ao do licitante vencedor, observada a classificação da licitação; ou
- b) manutenção da proposta original.

12.12.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário terão precedência sobre aqueles que mantiverem suas propostas originais.

12.12.5. Ao término do prazo estipulado, em caso de manifestação de interesse, a Assessoria de Licitações e Contratações - ASLIC consolidará, por meio de formulário específico, a classificação final do Cadastro Reserva.

12.12.5.1. O formulário de que trata o item 12.13.4 será anexado à Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das informações constarem também no Anexo da Ata de Registro de Preços (Anexo III do edital), e estará disponível no site oficial deste Tribunal, acessível pelo seguinte endereço eletrônico: <https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2026>.

12.12.5.2. Não comporá o cadastro de reserva o licitante que não responder à convocação, responder intempestivamente, de forma incompleta, confusa ou por meio diverso.

12.12.6. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

12.12.7. A análise das propostas e a verificação da habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente serão efetuadas quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA, DO REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

13.1. Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será formalmente convocada para retirar, assinar e devolver a Ata de Registro de Preços, conforme modelo anexo a este edital, adaptada à proposta vencedora, devendo:

- a) cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Edital e seus anexos;
- b) informar, tempestivamente, seu endereço bancário: número do banco, da agência e da conta corrente, bem como os dados de contato, endereço e documentais da empresa e do responsável pela assinatura do instrumento contratual, encaminhando tais informações para o endereço e e-mail: contratos@trero.jus.br;

c) comprovar, no ato da assinatura da ata de registro de preços, a compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

d) assinar a ata de registro de preços pelo SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, adotando-se os seguintes procedimentos:

d1) após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE/RO, através de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI;

d2) após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a adjudicatária será convocada, através de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura da ata de registro de preços, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar.

13.2. Em havendo necessidade de contratação e disponibilidade orçamentária, o compromissário da Ata de Registro de Preços será formalmente convocado para firmar a contratação por meio da assinatura do instrumento pertinente, observado o procedimento previsto no item 13.1 acima.

13.3. Se a adjudicatária/compromissária não cumprir os prazos estabelecidos na alínea “d1” e “d2” dos itens 13.1 e 13.2 acima, sem justificativa formalmente aceita pela Direção-Geral do TRE-RO ou se a documentação prevista na alínea “c” do item 13.1 acima não for apresentada, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, efetivar a contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas no edital e seus anexos, além da demais cominações legais.

13.4. O presente edital e seus anexos e a proposta vencedora para todos os efeitos legais, independentemente de transcrição, serão parte integrante da Ata de Registro de Preços e da contratação decorrente.

13.5. A Administração contratante efetuará o pagamento, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, nos termos e condições definidos no Termo de Referência e Instrumento Contratual.

13.6. À relação contratual, além das disposições previstas neste Edital, aplicam-se a lei 14.133/21, o Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, a Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2023 e supletivamente, as regras do Código Civil Brasileiro.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Se o LICITANTE/ADJUDICATÁRIO/COMPROMISSÁRIO/CONTRATADO descumprir os termos e condições deste certame, do contrato e da proposta, **conforme o caso**, ficará sujeita às sanções previstas neste edital e seus anexos, além das estabelecidas na legislação pertinente, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil.

14.2. Sujeita-se à aplicação de multa de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento), incidente sobre o valor do contrato celebrado ou da obrigação inadimplida, o LICITANTE/ ADJUDICATÁRIO/ COMPROMISSÁRIO/ CONTRATADO que cometer as seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial ou total do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



- g) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- h) não assinar a Ata de Registro de Preços;
- i) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços;
- j) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- k) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.3. Sujeita-se à aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo de até 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, o licitante/adjudicatário que cometer as condutas previstas nas alíneas b, c, h, i do item 14.2.

14.4. Sujeita-se à aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar e ficará impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, o licitante/adjudicatário que cometer a condutas previstas as alíneas d, f, g, h, i, j, k, l do item 14.2 ou praticar quaisquer das outras condutas previstas no item 14.2 que justifique a imposição dessa penalidade mais grave.

14.5. A aplicação da sanção prevista no item 14.2 poderá ser cumulada com as sanções previstas nos itens 14.3 e 14.4.

14.6. A aplicação das sanções aqui previstas deve observar o disposto na legislação específica e não impede a aplicação de outras sanções, de acordo com a análise do caso concreto, desde que não sejam incompatíveis e estejam expressamente previstas no edital e em seus anexos, na Ata de Registro de Preços, no instrumento contratual e na legislação correlata.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Os participantes de licitação têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido na legislação aplicável, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

15.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração e não contrariem as regras do edital e da legislação.

15.3. A autoridade competente e o Pregoeiro, caso entendam necessário, poderão efetuar diligências destinadas a elucidar ou a complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação podendo, inclusive, solicitar a apresentação do original ou de cópia autenticada no prazo estipulado. Poderá, ainda, se necessário, solicitar informações da unidade técnica, demandante, especializada e outras unidades, bem como solicitar apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno.

15.4. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

15.5. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado na implementação.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

15.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários e endereço eletrônico, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro, em contrário.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, observar-se-á:

- a)** quando contados em dias, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no TRE/RO;
- b)** quanto contados em horas, a contagem será feita minuto a minuto, desprezando-se as frações de minuto, para mais ou para menos;
- c)** quanto contados em minutos, a contagem será feita segundo a segundo, desprezando-se as frações de segundo, para mais ou para menos.

15.8. Considerando a existência de mais de um fuso horário no País, os horários registrados neste edital serão considerados, **sempre, em relação ao horário oficial de Brasília.**

15.9. Nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/21, o valor estimado do certame será tornado público após a conclusão da licitação ou na fase de negociação, se necessário.

15.10. A decisão do Pregoeiro, quanto ao resultado do certame, será publicada no PNCP.

15.11. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.12. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes na lei 14.133/21 e na legislação correlata.

15.13. São partes integrantes deste Edital:

- a)** ANEXO I – Formulário modelo de proposta;
- b)** ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar;
- c)** ANEXO III – Termo de Referência;
- d)** ANEXO IV – Minuta de Ata de Registro de Preços;
- e)** ANEXO V – Minuta de contrato.

Porto Velho, 22 de junho de 2026.

ANDERCLEDSON REIS
PREGOEIRO



ANEXO I
FORMULÁRIO DE PROPOSTA E DECLARAÇÕES
(IDENTIFICAÇÃO/MARCA/LOGO/TRIMBRE DA EMPRESA)

Razão Social e CNPJ:
Endereço completo:
Contatos (e-mail e telefone):
Responsável Legal:

1. PROPOSTA COMERCIAL

GRUPO/ LOTE	ITEM	OBJETO	QTD DE DIÁRIAS	VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA	VALOR TOTAL DO ITEM
1	1	20/07 a 24/07/2026. Voadeira, tipo lancha – capacidade mínima para 06 (seis) pessoas.	5		
	2	14/09 a 18/09/2026. Voadeira, tipo lancha – capacidade mínima de 06 (seis) pessoas.	5		
VALOR TOTAL DO GRUPO 1				R\$	

GRUPO/ LOTE	ITEM	OBJETO	QTD DE DIÁRIAS	VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA	VALOR TOTAL DO ITEM
2	3	01/10 a 05/10/2026. Barco com capacidade mínima para 60 (sessenta) pessoas.	5		
	4	22/10 a 26/10/2026. Barco com capacidade mínima para 60 (sessenta) pessoas.	5		
VALOR TOTAL DO GRUPO 2				R\$	

GRUPO/ LOTE	ITEM	OBJETO	QTD DE DIÁRIAS	VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA	VALOR TOTAL DO ITEM
3	5	01/10 a 05/10/2026. Frota de até 10 voadeiras, tipo lancha – capacidade mínima para 06 (seis) pessoas por lancha.	5		
	6	22/10 a 26/10/2026. Frota de até 10 voadeiras, tipo lancha – capacidade mínima para 06 (seis) pessoas por lancha.	5		
VALOR TOTAL DO GRUPO 3				R\$	

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (Grupo 1 + Grupo 2 + Grupo 3)	R\$
Valor global por extenso _____	



2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS (Declaração de Conformidade)

Declaramos que as embarcações ofertadas atendem integralmente aos requisitos da **NORMAM-202/DPC** e às especificações técnicas do TR, em especial:

- **Lotes 1 e 3:** Voadeiras com casco de alumínio/fibra, motorização mínima de **90 HP**, capota e capacidade para 06 passageiros.
- **Lote 2:** Barco Regional com capacidade mínima para **60 passageiros**, arqueação bruta mínima de 100 AB, dotado de **porão estanque** para carga sensível (Urnas/BGAN) e voadeira de apoio (mínimo 25 HP).
- **Lote 3:** Capacidade de mobilização simultânea de uma **frota de 10 (dez) voadeiras** para substituição integral do Lote 2, se acionado.

3. CONDIÇÕES GERAIS

- **Validade da Proposta:** 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura do pregão.
- **Preço "All-Inclusive":** No valor das diárias estão inclusos todos os custos com tripulação habilitada (CIR), combustível, lubrificantes, taxas portuárias, manutenção e seguros.
- **Sustentabilidade:** Comprometemo-nos com o plano de gestão de resíduos sólidos (logística reversa) e com a manutenção preventiva para evitar poluição hídrica.
- **Reajuste:** Declaramos ciência de que a data-base para fins de reajuste futuro é **11/05/2026** (data da ICVEC), conforme orientação do Tribunal.

4. DECLARAÇÃO DE NÃO-CONDENAÇÃO

A empresa _____ DECLARA, para fins de participação e habilitação no Pregão Eletrônico SRP nº ____/2026, promovido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, que não tem inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas à escravidão e, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas à escravidão ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**LOCA E DATA
ASSINATURA**



ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 27/2026 - PRES/DG/SAOFC/COMAP

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE SOLICITANTE E DEMANDANTE

Unidade solicitante: COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO (COMAP)

Unidade demandante: COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO (COMAP)

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação tem por finalidade viabilizar a logística e o operacional necessários para a realização das Eleições Gerais de 2026, assegurando o transporte fluvial de urnas eletrônicas, materiais de votação, servidores e colaboradores para atendimento das seções eleitorais localizadas em regiões ribeirinhas de difícil acesso da 20ª Zona Eleitoral de Porto Velho, especialmente na região do Baixo Madeira.

A inexistência de malha rodoviária adequada e a dependência do transporte fluvial tornam imprescindível a contratação de empresa especializada, sob pena de comprometimento do regular funcionamento do processo eleitoral, bem como do cumprimento das competências constitucionais da Justiça Eleitoral.

3. ALINHAMENTO COM O PLANO ESTRATEGICO DO TRIBUNAL

3.1 A contratação está alinhada a algum objetivo do Plano Estratégico do TRE-RO?

() Não, **justificar:** _____.

(X) Sim, **descrever quais:** _____.

- Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional;
- Promoção da sustentabilidade, acessibilidade, inclusão e diversidade;
- Aprimoramento das aquisições e contratações;
- Agilidade nas contratações;
- Otimização da gestão de riscos;
- Alinhamento estratégico na execução orçamentária.

3.2 Consta do PCA 2026:

(X) Sim, no item nº 50;

() Não, justificar: _____.

3.3 Qual objetivo, indicador ou meta do Plano de Logística Sustentável - PLS serão atendidos com a contratação?

A contratação está diretamente alinhada aos seguintes componentes do PLS 2021-2026 (Revisão 2024):

- Objetivos Estratégicos do PLS: Atende ao objetivo de promover a equidade, diversidade e inclusão social e ao de contribuir para a promoção de contratações sustentáveis, uma vez que viabiliza o exercício do sufrágio universal em localidades isoladas, garantindo o acesso democrático a minorias e populações ribeirinhas.

- Fomento à Economia Regional: Alinha-se ao objetivo de dar preferência às contratações com fornecedores do mercado local, visando o fortalecimento da economia da região do Baixo Madeira.
- Aquisições e Contratações Sustentáveis (Indicador 15): A contratação observará as diretrizes de gestão sustentável, priorizando a eficiência contínua dos gastos e o uso obrigatório do Guia de Contratações Sustentáveis da AGU (adotado pela IN TRE-RO nº 01/2023).
- Deslocamento de Pessoal (Indicador 19): O serviço integra o monitoramento de emissões de gases de efeito estufa (GEE), especificamente no Escopo 3 (Viagens a negócios), utilizando o Programa Brasileiro GHG Protocol para mensurar o impacto ambiental do transporte de colaboradores e materiais.
- Alinhamento aos ODS (Agenda 2030): Contribui para o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), ao ofertar justiça no processo eleitoral, e ao ODS 10 (Redução das Desigualdades), por meio de ações com foco assistencial e educacional que promovem a cidadania.

4. INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATAÇÕES

4.1 Informação sobre **contratações correlatas e/ou interdependentes que deverão ser realizadas em função desta:** *(Inclusive sobre necessidade de contratação de terceiros (empresa ou pessoa física) para auxiliar a fiscalização do contrato - Art. 117, § 44º da Lei nº 14.133/2021):*

Descrever: _____.

(X) Não há.

4.2. Caso necessário, informar também eventuais providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato (**providências preliminares**):

() Necessidade de capacitação de gestores e fiscais da contratação: _____;

() Instalação elétrica: _____;

() Instalação lógica: _____;

() Alteração de *layout*: _____;

(X) Outra: Monitoramento diário do nível do Rio Madeira pela ASRICO e vistoria técnica prévia das embarcações, conforme Plano de Contingência (SEI 1510290) e metodologia de execução descrita no item 5.1.

() Não se aplica.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 REQUISITOS PARA A ESCOLHA DA SOLUÇÃO

Requisitos do negócio:

A solução visa garantir a infraestrutura de transporte fluvial necessária para as Eleições 2026 na 20ª Zona Eleitoral, com partidas de Porto Velho/RO, estruturada para garantir a Gestão de Continuidade de Negócio em qualquer cenário hidrológico do Rio Madeira:

- Divisão Logística em Lotes:
 - Lote 1 (Administrativo): Embarcações tipo voadeira/lancha rápida (mínimo 06 pessoas) para intimização e treinamento de mesários em julho e setembro.
 - Lote 2 (Logística Eleitoral Padrão): Embarcação de grande porte (barco regional, mínimo 60 pessoas) com porão estanque para o transporte simultâneo de urnas eletrônicas, equipamentos BGAN, geradores e pessoal para os turnos de outubro.

- Lote 3 (Contingência de Continuidade): Emprego direto de frota de embarcações de pequeno calado (tipo voadeira, mínimo 06 pessoas por unidade), partindo de Porto Velho para realizar o trajeto completo, em substituição ao Lote 2 caso as condições do rio assim exijam.
- Gatilhos de Ativação da Contingência:
 - A ativação do Lote 3 ocorrerá conforme os parâmetros do Plano de Contingência - Seca do Rio Madeira (Processo SEI 0001174-74.2026.6.22.8000), especificamente quando o nível do rio atingir o Nível 2 (Alerta) ou Nível 3 (Emergência), ou quando houver norma da Capitania Fluvial restringindo a navegação de grande porte por inviabilidade de calado.
- Abrangência e Autonomia:
 - Itinerário completo englobando: São Carlos, Nazaré, Lago do Cuniã, Santa Catarina, Papagaios, Calama, Demarcação Rio Machado e Vila Rio Preto.
 - Regime de diárias "all-inclusive", abrangendo obrigatoriamente pilotos habilitados, combustíveis e lubrificantes fornecidos pela contratada.
- Conformidade Normativa e Ambiental:
 - Observância estrita à NORMAM-202/DPC e ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (2025), com foco na gestão de resíduos e manutenção preventiva contra vazamentos.

Justificativa: A estruturação da solução em três lotes fundamenta-se na necessidade de mitigar riscos críticos que podem interromper o processo eleitoral no Baixo Madeira. Conforme a Resolução TRE-RO nº 32/2024, as Eleições são classificadas como 'Atividade Crítica' e sua execução exige resiliência institucional. O emprego do Lote 3 (partida direta em voadeiras) evita a necessidade de transbordos complexos e perigosos no meio do rio, garantindo a integridade das urnas eletrônicas e a segurança da vida humana (Princípio da Precedência), permitindo que o Tribunal cumpra sua missão mesmo sob estiagem extrema.

O modelo de negócio adotado baseia-se no **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, escolha estratégica que visa conciliar a garantia de disponibilidade total da frota com a eficiência na execução orçamentária. Dado que a necessidade de acionamento do Lote 3 (Contingência) é condicionada a eventos climáticos imprevisíveis (seca extrema), o SRP permite ao Tribunal assegurar o fornecimento e o preço sem a obrigatoriedade de desembolso imediato, atendendo ao princípio da economicidade e à Política de Gestão de Continuidade de Negócio (Resolução TRE-RO nº 32/2024).

Requisitos de capacitação:

Descrever: _____.

(X) não se aplica porque: _____.

Requisitos legais:

A solução deverá estar em estrita conformidade com o seguinte arcabouço normativo:

1. Eixo Administrativo, de Licitações e Riscos:

- Lei nº 14.133/2021: Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que rege o planejamento e a execução.
- Instrução Normativa PRES/TRE-RO nº 004/2023: Regulamenta o regime da Lei nº 14.133/2021 no âmbito deste Tribunal.
- Resolução TRE-RO nº 32/2024: Institui a Política de Gestão de Continuidade de Negócio do TRE-RO, fundamentando a estratégia de contingência para atividades críticas (Eleições).
- Resolução TRE-RO nº 42/2023: Política de governança das contratações.

2. Eixo Técnico e de Segurança Aquaviária:

- Lei nº 9.537/1997 (LESTA): Segurança do tráfego aquaviário, atualizada pela Lei nº 14.813/2024.
- NORMAM-202/DPC: Normas da Autoridade Marítima para embarcações na navegação interior.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

- NPCF-CFPV 2020 (Capítulos 5 e 6): Normas e Procedimentos da Capitania Fluvial de Porto Velho, que definem as restrições operacionais e parâmetros de calado no Rio Madeira.
- Plano de Contingência - Seca do Rio Madeira (SEI 1510290): Documento técnico que estabelece os gatilhos para ativação da logística de pequeno calado.

3. Eixo de Sustentabilidade e Responsabilidade Social:

- Resolução CNJ nº 400/2021: Política de sustentabilidade no Poder Judiciário.
- Instrução Normativa PRES/TRE-RO nº 001/2023: Adota o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (8ª Edição - 2025), com foco em logística reversa e controle de emissões.
- Lei nº 12.305/2010: Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4. Eixo Eleitoral:

- Resolução TSE nº 23.760/2026: Estabelece o Calendário Eleitoral para as Eleições 2026.
- Resolução TSE nº 23.751/2026: Dispõe sobre os atos gerais do processo eleitoral.

Justificativa: A observância deste conjunto normativo é imprescindível para garantir segurança jurídica e resiliência à logística eleitoral. A inclusão das normas de Continuidade de Negócio (Res. 32/2024) e das normas da Capitania (NPCF-CFPV) justifica tecnicamente a divisão da solução em lotes administrativos, operacionais e de contingência, assegurando que o Tribunal esteja apto a cumprir sua missão constitucional em qualquer nível de vazante do Rio Madeira.

() não se aplica porque: _____.

Requisitos de garantia e manutenção:

Serão exigidas as seguintes garantias:

(**X**) **Apenas a garantia legal** (todo produto, por lei, tem garantia, independente de ser oferecida ou não pelo fornecedor. É a chamada “garantia legal”: **30 dias para produtos não duráveis e 90 dias para produtos duráveis** (art. 26, I, e II, CDC).

() **Garantia complementar à legal** (A garantia oferecida pelo fornecedor, complementar à legal, é aquela exigida pelas especificidades do objeto, que deve ser justificada pela unidade, geralmente por ser uma prática observada no mercado para aquele produto ou serviço).

Justificativa: Considerando que o objeto trata da prestação de serviços de transporte fluvial com execução vinculada ao calendário eleitoral, a garantia legal de 90 (noventa) dias para serviços duráveis, conforme o art. 26, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor (CDC), mostra-se adequada e suficiente para resguardar a Administração. No tocante à manutenção, os requisitos essenciais da solução abrangem:

- **Manutenção Integral:** A contratada será integralmente responsável pela manutenção preventiva e corretiva das embarcações, garantindo que estas se apresentem em perfeitas condições de uso, navegação e segurança em cada deslocamento previsto no cronograma da 20ª ZE.
- **Conformidade Ambiental:** Em observância ao Plano de Logística Sustentável (PLS), a manutenção deve assegurar a ausência de vazamentos de óleos ou combustíveis nos recursos hídricos e o funcionamento eficiente dos motores para reduzir a emissão de poluentes.
- **Plano de Contingência:** Em caso de falha técnica, a "garantia de continuidade" do serviço será materializada pela obrigatoriedade de substituição imediata da embarcação por outra de igual ou superior capacidade, sem prejuízo aos horários de votação e logística eleitoral.

() Não será exigida **porque:** _____.

Requisitos temporais:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Tipo de embarcação (barco grande, lancha, outros)	Capacidade mínima	Previsão de saída (data)	Previsão de chegada (data)	Atividade principal a ser realizada
Lancha	6	20/07/2026	24/07/2026	Intimação de mesários
Lancha	6	14/09/2026	18/09/2026	Treinamento de mesários
Barco grande	60	01/10/2026	05/10/2026	1º Turno
Barco grande	60	22/10/2026	26/10/2026	2º Turno

Tratando-se de **registro de preços**: Indicar as datas previstas para as entregas ou início da execução dos serviços:

CRONOGRAMA DE ENTREGAS OU EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Exercício	Mês/Semestre	Quantidade	Unidade	Descrição / Finalidade
2026	Julho / 2º Sem.	5	Diária	Intimação de Mesários / Vistoria (Lote 1)
2026	Setembro / 2º Sem.	5	Diária	Treinamento de Mesários / Vistoria (Lote 1)
2026	Outubro / 2º Sem.	5	Diária	Eleição 1º Turno (Lote 2)
2026	Outubro / 2º Sem.	5	Diária	Eleição 2º Turno - se houver (Lote 2)
2026	Outubro / 2º Sem.	5	Diária	Contingência Eleição 1º Turno (Lote 3)*
2026	Outubro / 2º Sem.	5	Diária	Contingência Eleição 2º Turno (Lote 3)*

Requisitos de Segurança da Informação:

Caso se refira à contratação de TIC, ou tenha correlação com a área de TIC: _____.

(X) não se aplica.

Requisitos ambientais, econômicos, sociais e culturais:

A contratação incorpora critérios de sustentabilidade baseados nas três dimensões (Ambiental, Social e Econômica) preconizadas pelo Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (8ª Ed., 2025) e pelo PLS TRE-RO:

1. Requisitos Ambientais:

- Controle de Emissões e Poluição Hídrica: As embarcações devem estar com a manutenção preventiva dos motores rigorosamente em dia para evitar o derramamento de óleos ou combustíveis nos leitos dos rios e reduzir a emissão de gases de efeito estufa (GEE), em conformidade com o Indicador 19 (Emissões de GEE) do PLS.
- Gestão de Resíduos Sólidos: Gestão de Resíduos Sólidos: A contratada deverá implementar a coleta seletiva a bordo, assegurando que todo o resíduo gerado durante os deslocamentos seja acondicionado e transportado de volta para Porto Velho para destinação final adequada, sendo terminantemente proibido o descarte nas águas ou margens. Esta exigência cumpre as diretrizes da 8ª Edição do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (2025), especificamente no trecho que aborda o Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Logística Reversa, o qual orienta a Administração a fixar obrigações para que o contratado se responsabilize pela segregação, acondicionamento e destinação final ambientalmente correta dos resíduos derivados da prestação do serviço.

2. Requisitos Sociais e Econômicos:

- Fomento à Economia Regional: A contratada deverá buscar, preferencialmente, a utilização de mão de obra local (pilotos e auxiliares residentes nas comunidades ribeirinhas), promovendo a geração de renda nas localidades atendidas, conforme os ODS 8 e 10 incorporados à estratégia do TRE-RO.
- Segurança Aquaviária: Disponibilidade de equipamentos de salvatagem (coletes salva-vidas) em quantidade e tamanhos adequados para todos os passageiros, incluindo modelos infantis, se necessário.

3. Requisitos Culturais:

- Ética e Respeito: A tripulação deverá atuar com respeito absoluto às tradições e ao modo de vida das populações ribeirinhas para garantir uma integração harmoniosa e segura durante a execução do serviço.

Forma Objetiva de Comprovação:

- Apresentação de Declaração de Manutenção das Embarcações, atestando o bom estado dos motores e a ausência de vazamentos.
- Apresentação de Declaração de Compromisso Sustentável, detalhando o plano de manejo de resíduos (coleta e destinação).
- Verificação *in loco* pela fiscalização, antes de cada saída, dos equipamentos de segurança e acessibilidade.

Justificativa: A inclusão destes requisitos é fundamental para cumprir o dever constitucional de desenvolvimento nacional sustentável e as metas do Plano de Logística Sustentável do TRE-RO. A adoção dos critérios do Guia da AGU (8ª Edição - 2025) garante que a contratação atue como indutora de boas práticas ambientais e sociais.

() não se aplica porque: _____.

Requisitos técnicos:

Os requisitos técnicos definem as capacidades operacionais e de segurança das embarcações necessárias para a logística das Eleições 2026, conforme a divisão em lotes e itens de precificação:

1. Especificação da Frota por Lote e Item

- Lote 1 (Itens 1 e 2) e Lote 3 (Itens 5 e 6) – Voadeira/Lancha:
 - Capacidade: Mínima para 06 (seis) passageiros sentados.
 - Estrutura: Casco de alumínio ou fibra, motor de popa com potência mínima de 90 HP, equipada com capota, bancos com encosto e todos os itens de segurança exigidos pela Marinha.
 - Finalidade: Intimação (Item 1), treinamento de mesários (Item 2) e contingência logística para os turnos (Itens 5 e 6).
- Lote 2 (Itens 3 e 4) – Barco Regional (Grande Porte):
 - Capacidade: Mínima para 60 (sessenta) passageiros e arqueação bruta superior a 100 AB (AB > 100).

- Estrutura: Deve possuir convés coberto e área estanque (protegida de umidade e calor) para o transporte de pessoal, urnas eletrônicas, equipamentos BGAN e geradores.
- Embarcação de Apoio: Deve estar obrigatoriamente equipado com voadeira de apoio (mínimo 25 HP) para acesso a locais como Lago do Cuniã e Demarcação Rio Machado e para situações de emergência em bancos de areia.

2. Estratégia de Contingência (Navegação Direta)

- Ativação: Caso as condições do Rio Madeira atinjam os níveis de Alerta ou Emergência (cota igual ou inferior a 4 metros) previstos na Minuta do Plano de Contingência (SEI 1510290), o Lote 2 será substituído pelo Lote 3.
- Operacionalização: A contratada deverá disponibilizar a frota de voadeiras (especificação do Lote 1) necessária para suprir integralmente o transporte de urnas e pessoal, realizando o trajeto completo a partir de Porto Velho, para garantir a integridade dos equipamentos.
- A viabilidade técnica da solução de contingência é sustentada pelo **Sistema de Registro de Preços**. Este modelo permite a ativação célere e sob demanda de uma frota de pequeno calado (Lote 3), dimensionada tecnicamente para transpor os pedrais críticos do Rio Madeira quando o nível das águas inviabilizar o calado do barco regional (Lote 2). A natureza do SRP garante que a equipe técnica possa optar pela solução de navegação direta mais segura no momento da missão, mitigando riscos de encalhe ou a necessidade de transbordos de urnas eletrônicas em locais inadequados.

3. Documentação e Segurança Aquaviária

- Voadeiras (Lotes 1 e 3): Apresentar Título de Inscrição da Embarcação (TIE) válido e Termo de Responsabilidade (NORMAM-202/DPC).
- Barco Grande (Lote 2): Apresentar Provisão de Registro de Propriedade Marítima (PRPM) válida, Cartão de Tripulação de Segurança (CTS), Certificado de Segurança da Embarcação (CSN) e comprovante da última visita anual aprovada (NORMAM-202/DPC).
- Tripulação: Todos os condutores devem possuir Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) compatível com a categoria da embarcação (NORMAM-101/DPC).
- Despacho: Realizar e apresentar ao fiscal o despacho no órgão competente no dia de cada viagem (NORMAM-204/DPC).

4. Sustentabilidade e Manutenção

- Gestão de Resíduos: Implementar a coleta seletiva a bordo e assegurar que 100% do resíduo gerado seja transportado de volta para Porto Velho para destinação final, conforme a 8ª Edição do Guia da AGU (2025) e o PLS TRE-RO.
- Prevenção de Poluição: Manutenção preventiva rigorosa para evitar vazamentos de combustíveis e lubrificantes no leito dos rios.

5. Capacidade Técnica-Operacional

- Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica comprovando transporte fluvial de no mínimo 50% da quantidade de passageiros prevista (mínimo de 03 passageiros para voadeiras e 30 passageiros para o barco grande) por período não inferior a 2 dias.
- Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, os atestados deverão identificar e conter a assinatura do representante legal da emitente.

Justificativa: A adequação dos requisitos técnicos aos seis itens de precificação permite que o Tribunal acione a solução de voadeiras (Lote 3) de forma imediata caso a seca inviabilize o barco grande, cumprindo a Resolução TRE-RO nº 32/2024 sobre continuidade de negócio. A partida direta de Porto Velho e a padronização documental via NORMAM-202/DPC garantem a segurança jurídica e a integridade da carga eleitoral.

() não se aplica porque: _____.

Metodologia de trabalho e implantação da solução:

Local de entrega (Embarque): O ponto de partida e chegada obrigatório para todas as viagens será o **Porto do Cai N'Água** (ou local de embarque oficial equivalente), em Porto Velho/RO.

Local de execução dos serviços: Calha do Rio Madeira, percorrendo o itinerário completo da 20ª Zona Eleitoral, abrangendo as localidades de São Carlos, Nazaré, Lago do Cuniã, Santa Catarina, Papagaios, Calama, Demarcação Rio Machado e Vila Rio Preto.

Outros aspectos relevantes (Metodologia de Execução):

- **Gatilhos de Acionamento (Continuidade):** A definição entre a execução do Lote 2 (Barco Grande) ou do Lote 3 (Frota de Voadeiras) será baseada no monitoramento diário realizado pela Assessoria de Gestão de Riscos (ASRICO) e nas normas da Capitania Fluvial, conforme o **Plano de Contingência (SEI 1510290)**. Caso a cota do Rio Madeira esteja igual ou inferior a 4 metros, será priorizada a logística de pequeno calado (Lote 3) para garantir a navegabilidade nos pedrais críticos (Ex: Nova Estrela e Marmelos).
- **Vistoria Prévia de Segurança:** Até 05 (cinco) dias antes do início de cada viagem, a contratada deverá franquear as embarcações para vistoria técnica do Tribunal, visando aferir o cumprimento da **NORMAM-202/DPC**, a presença de itens de salvatagem e a integridade da área estanque para as urnas eletrônicas.
- **Protocolo de Despacho Diário:** No dia previsto para cada partida, o piloto deverá realizar o despacho formal perante a Capitania dos Portos (conforme **NORMAM-204/DPC**) e apresentar o comprovante ao fiscal do contrato, atestando que a embarcação está apta à singradura.
- **Logística de Gestão de Resíduos:** A contratada deverá disponibilizar coletores de coleta seletiva a bordo e, ao final de cada percurso, comprovar o desembarque de 100% dos resíduos sólidos em Porto Velho para destinação licenciada, em cumprimento ao **Guia da AGU (2025)**.
- **Comunicação e Autonomia:** A tripulação deverá manter sistema de comunicação operacional (VHF ou rádio) e garantir que o reabastecimento de combustível ocorra sem interrupções no cronograma eleitoral.

Justificativa: A definição dessa metodologia é fundamental para garantir o êxito da contratação, pois mitiga riscos de encalhe e danos à carga sensível (urnas eletrônicas). O estabelecimento de locais fixos de embarque e vistorias prévias assegura que os custos logísticos e de segurança sejam precisamente precificados pelas licitantes, evitando aditivos desnecessários e garantindo a **Resiliência Institucional** prevista na **Resolução TRE-RO nº 32/2024**.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1 Consultas e estudos realizados:

Nota 21. IMPORTANTE: As eventuais consultas relacionadas a preços podem ser diferentes daquelas feitas para o preenchimento do ICVEC. Isso porque na construção do ETP deve-se ter uma **noção preliminar do preço de cada solução**. Já no ICVEC deverá ser elaborado o **valor estimado da solução escolhida**, que, se mais apurada, pode ser diferente e que constará do TR, último documento da fase de planejamento da contratação.

AÇÃO

(X) Consulta a fornecedores. Documentação gerada (e-mails, relatórios, atas de reuniões, orçamentos, etc.). **Descrever e indicar os eventos:** Foi realizada pesquisa de mercado em **31/03/2026**, mediante envio de e-mails para nove empresas do setor (G2 Transportes, V&L Transportes, JM Sena, entre outras). Obtiveram-se três propostas válidas:

- **V&L Transportes Ltda ME:** R\$ ____ (Valor Global para 4 itens), evento [1510739](#).
- **G2 Transportes e Serviços:** R\$ ____ (Valor Global para 4 itens), evento [1511035](#).
- **JM Sena Ltda:** R\$ ____ (Valor Global para 4 itens), evento [1507952](#).

(X) Consulta a contratações de outros órgãos. Documentação gerada (e-mails, Editais de licitação, atas de registro de preços, contratos, etc.). **Descrever e indicar os eventos:** A estimativa também considerou contratações similares (Inciso II do art. 5º da IN 65/2021) realizadas pelo TRE-RO (Contratos 27 e 28/2024) - eventos [1516395](#) e [1516400](#) e pelo TJ-RO (Pregão 90013/2024) - evento [1516390](#). Em observância ao § 3º do art. 5º da IN SEGES/ME 67/2021, os valores históricos de 2024 foram atualizados monetariamente pelo IPCA/IBGE através da Calculadora do Cidadão (BCB) - evento [1516576](#), aplicando-se os índices de 8,290% (base ago/24) e 9,847%



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

(base abr/24), respectivamente, para recompor o valor real de mercado em maio de 2026 (Memória de cálculo no Evento 1516576)..

() Consulta Painel de Preços ou Banco de preços. Documentação gerada (relatórios, outros). **Descrever e indicar os eventos:**

() Estudos técnicos. Documentação gerada (relatórios, estudos, outros). **Descrever e indicar os eventos:**

_____.

() Não obrigatório. justificar: _____

6.2 Análise das soluções/alternativas possíveis:

Descrição da Solução 1: Adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para contratação de empresa especializada em transporte fluvial, com estratégia de lotes (Principal + Contingência).

- **Atendimento aos requisitos:** Atende integralmente. Garante a mobilização de pessoal e carga sensível (urnas) em embarcações que cumprem a **NORMAM-202/DPC**, oferecendo a resiliência necessária para o período de seca severa através do Lote 3.
- **Vantagens e desvantagens da solução:**
 - **Vantagens:** Transferência do risco de manutenção e pessoal para a contratada; agilidade na ativação da contingência; conformidade com o cronograma eleitoral de 2026.
 - **Desvantagens:** Custo variável conforme o mercado e necessidade de fiscalização rigorosa in loco.
 - **Valor Estimado:** R\$ _____ (Baseado na média da Pesquisa de Preços).

Solução Escolhida: Sim

(X) Sim - Justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar: É a única solução que garante a continuidade de Negócio exigida pela Resolução TRE-RO nº 32/2024 dentro do prazo legal. O custo é compatível com o mercado e evita gastos catastróficos com logística de emergência não planejada.

A opção pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se, primordialmente, pela imprevisibilidade das condições hidrológicas do Rio Madeira e pela necessidade de garantir a Gestão de Continuidade de Negócio (Resolução TRE-RO nº 32/2024).

Considerando que a solução foi estruturada com um lote específico para contingência (Lote 3), o qual somente será acionado mediante gatilhos ambientais de seca extrema (Nível de Alerta ou Emergência), o SRP apresenta-se como o modelo mais eficiente e econômico. Ele permite que a Administração registre os preços e assegure a disponibilidade do prestador de serviço sem a obrigatoriedade de contratação ou execução integral do objeto.

Dessa forma, evita-se o empenho e o desembolso de recursos públicos para serviços que podem não vir a ser utilizados caso o regime de chuvas se mantenha dentro da normalidade, ao mesmo tempo que garante a **pronta resposta logística** indispensável para a segurança e o sucesso das Eleições 2026 no Baixo Madeira.

() Não.

Descrição da Solução 2: Execução direta pelo Tribunal mediante aquisição de frota própria e estruturação de corpo técnico.

Atendimento aos requisitos: Inviável para o ciclo eleitoral de 2026. Embora pudesse atender tecnicamente no longo prazo, a complexidade de implementação impede o atendimento da demanda atual.

Vantagens e desvantagens da solução:

- **Vantagens:** Autonomia total sobre a frota e disponibilidade permanente.
- **Desvantagens:** Alto investimento inicial para aquisição de barcos de grande porte e voadeiras; necessidade de realizar concurso público para tripulação técnica (pilotos/marinheiros) ou processos seletivos complexos; custo permanente de manutenção e armazenamento; tempo de implementação superior ao calendário das eleições.

Valor Estimado: Não mensurado, mas estimado em valores significativamente superiores à contratação de terceiros devido ao custo de aquisição e pessoal estatutário.

Solução Escolhida:

() Sim - Justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar:

(X) Não.

Outras soluções: Descrever: _____.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte fluvial de passageiros e cargas, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), incluindo tripulação habilitada e o fornecimento integral de combustível e lubrificantes, para atender à 20ª Zona Eleitoral de Porto Velho. A modelagem foi estruturada em três lotes distintos que visam garantir a resiliência institucional exigida pela Resolução TRE-RO nº 32/2024, a qual classifica as eleições como uma atividade crítica e prioritária para a continuidade do negócio.

O Lote 1 foca no apoio administrativo com voadeiras para intimação e treinamento, enquanto o Lote 2 utiliza um barco regional de grande porte para o transporte massivo de urnas e pessoal nos turnos de votação. Como medida estratégica de continuidade, o Lote 3 prevê o registro de uma frota de voadeiras (contingência) partindo diretamente de Porto Velho para substituir integralmente a logística do Lote 2, caso a seca severa inviabilize o transporte de grande porte. Essa estratégia é acionada quando o Rio Madeira atinge a cota igual ou inferior a 4 metros, conforme os gatilhos técnicos da Minuta do Plano de Contingência (SEI 1510290) e as normas da Capitania Fluvial.

O ciclo de vida da contratação abrange desde o planejamento com vistorias prévias de segurança, fundamentadas na NORMAM-202/DPC, até a execução operacional com despacho diário obrigatório no órgão naval, conforme a NORMAM-204/DPC. A viabilidade técnica é assegurada pela exigência de embarcações com porão estanque para proteger urnas eletrônicas e equipamentos BGAN, além da obrigatoriedade de embarcações de apoio para trechos de difícil acesso, como o Lago do Cuniã.

7.1 JUSTIFICAR EVENTUAL FORMAÇÃO DE SRP PARA A CONTRATAÇÃO DA SOLUÇÃO:

7.1.1 A contratação será processada por meio de Sistema de Registro de Preços, **no qual o Tribunal será o órgão gerenciador?**

() Não;

(X) **Sim. Justificativa**, de acordo com o art. 3º do Decreto Federal nº 11.462, de 2023:

() quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

() quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

() quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

(X) quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

7.1.2 Se positivo, informar:

(X) **Não há RP** vigente nem compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste ETP.

() **Há RP** vigente, compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste ETP, porém será necessário novo RP porque o quantitativo é inferior à demanda.

7.1.3 Indicação limitada a unidades de contratação sem indicação do total a ser adquirido?

(X) Não;



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

() Sim, porque (neste caso é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa e vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata):

() É a primeira licitação para o objeto e o órgão não tem registro de demandas anteriores;

() Trata-se de alimento perecível.

7.1.4 OS DEMAIS ELEMENTOS DEVERÃO CONSTAR DO TR.

7.2 A contratação da solução por meio do **INGRESSO EM SRP OU ADESÃO A UMA ARP** exige as seguintes **justificativas (art. 15, VII, Decreto nº 11.462, de 2023)**:

(X) Não há RP vigente nem compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste ETP.

() **Há RP** vigente, compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste ETP, porém será necessário novo RP porque o quantitativo é inferior à demanda.

7.2.1 Justificativa complementar para INGRESSO EM SRP (art. 10 do Decreto 11.462, de 2023):

I - Vantagem do ingresso: Descrever: _____.

II - Extrato da IRP e os demais documentos do processo já disponíveis pelo órgão gerenciador para estabelecer as especificações do objeto e as obrigações da compromissária/contratada, tais como: documentos da fase de planejamento, aviso do edital e seus anexos, comprovação de publicação do aviso de edital, juntados nos eventos: _____:

7.2.2 Justificativa específica para ADESÃO EM ARP (art. 31 do Decreto 11.462, de 2023):

I - Vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público: _____.

II - Demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, **conforme consultas de preços realizadas**, juntadas nos eventos: _____.

Nota 28. Para justificar a adesão será necessário: a) demonstrar a vantagem que pode ocorrer, por exemplo, pela perfeita adequação do objeto da ARP para o atendimento da demanda, pela celeridade e economicidade da adesão em relação à tramitação de um processo autônomo, etc.; b) elaborar ICVEC para estimativa do preço (art. 31, II, do Decreto nº 11.462/2023) e assim demonstrar que os preços da ARP são inferiores ou compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

III - Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor (**juntar os documentos e citar os eventos**): _____.

IV - Atos que regem o SRP no órgão gerenciador: edital, com seus anexos, e comprovação da publicação, parecer jurídico, ARP e seus anexos e comprovação de publicação, juntados nos eventos: _____.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa foi calculada com base na extensão do itinerário fluvial do Baixo Madeira e no cronograma do calendário eleitoral de 2026, totalizando **30 diárias** distribuídas em 6 itens.

Nº Item/grupo: Lote 1 (Itens 1 e 2); Lote 2 (Itens 3 e 4); Lote 3 (Itens 5 e 6).

Descrição: Prestação de serviços de transporte fluvial de pessoal e carga.

Unidade: Diárias.

Quantidade Total: 30 diárias (5 por item).

1. MEMÓRIA DE CÁLCULO E JUSTIFICATIVA DAS DIÁRIAS

A definição de **05 (cinco) diárias por viagem** baseia-se na realidade geográfica e técnica da navegação no Rio Madeira entre Porto Velho e Vila Rio Preto:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

- **Dia 01:** Deslocamento de Porto Velho até a localidade mais distante (Vila Rio Preto) e início das atividades nas comunidades adjacentes.
- **Dias 02, 03 e 04:** Execução das atividades finalísticas (intimação, treinamento ou votação) nos distritos intermediários, respeitando os tempos de carga, descarga e atracação em locais de difícil acesso.
- **Dia 05:** Navegação de retorno para a sede em Porto Velho e desmobilização da equipe e materiais.

Esta métrica de 5 diárias é o padrão histórico que garante a segurança das operações eleitorais sem comprometer o cronograma legal, evitando-se o risco de atrasos decorrentes de bancos de areia ou necessidade de navegação exclusivamente diurna nos períodos de estiagem, conforme orientado pela **NPCF-CFPV 0603.1**.

2. DETALHAMENTO DO ITINERÁRIO E ATIVIDADES

ITEM	TIPO EMBARCAÇÃO	SAÍDA	CHEGADA	ATIVIDADE PRINCIPAL
1	Voadeira (90 HP)	20/07/2026	24/07/2026	Intimação de Mesários / Vistoria de Locais.
2	Voadeira (90 HP)	14/09/2026	18/09/2026	Treinamento de Mesários / Vistoria Final.
3	Barco Grande (AB > 100)	01/10/2026	05/10/2026	Logística Eleitoral - 1º Turno.
4	Barco Grande (AB > 100)	22/10/2026	26/10/2026	Logística Eleitoral - 2º Turno (se houver).
5	Voadeiras (Contingência)	01/10/2026	05/10/2026	Contingência 1º Turno (Seca Severa).
6	Voadeiras (Contingência)	22/10/2026	26/10/2026	Contingência 2º Turno (Seca Severa).

Localidades Atendidas em Cada Itinerário:

ITEM	DISTRITOS/ LOCALIDADES/ POVOADOS	SEÇÕES	ELEITORES
1	São Carlos	8	1.805
2	Distrito de Nazaré	2	466



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

3	Distrito de Lago do Cuniã	1	237
4	Distrito de Santa Catarina	2	318
5	Distrito de Papagaios	1	128
6	Distrito de Calama	7	722
7	Distrito de Demarcação Rio Machado	2	276
	Distrito de Demarcação - Vila Rio Preto	1	257
Total			4.209

3. ECONOMIA DE ESCALA E INTERDEPENDÊNCIA

A contratação foi agrupada em viagens que englobam todos os distritos em um único percurso circular. Essa estratégia evita a contratação de viagens isoladas para cada localidade, gerando **economia de escala** ao reduzir o custo total de mobilização de tripulação e combustível. Além disso, a inclusão dos itens 5 e 6 (Lote 3) atende à interdependência com o **Plano de Contingência (SEI 1510290)**, garantindo que o Tribunal possua uma reserva técnica precificada para substituir o Lote 2 sem necessidade de novas e custosas contratações emergenciais.

As quantidades estimadas são estritamente necessárias para assegurar o cumprimento do **Calendário Eleitoral 2026 (Res. TSE 23.760/2026)**. A estimativa considera a margem de segurança operacional para navegação em águas restritas e o suporte necessário para o transporte de urnas eletrônicas e pessoal em conformidade com a **Resolução TRE-RO nº 32/2024** sobre continuidade de negócio.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Haverá parcelamento?

- ☐ **Não**, a solução será adjudicada em **item único** porque:
- ☐ é inviável promover a adjudicação por itens ou grupos porque: _____.
- ☐ Outra justificativa: _____.
- ☒ **Sim**, a solução será **dividida em lotes**.

- ☐ Serão formados **lotes** pela divisão de itens?
- ☐ Não;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

(X) Sim.

Se positivo, justificar: A divisão da solução em **3 (três) lotes e 6 (seis) itens** justifica-se pela natureza distinta das embarcações exigidas, pela finalidade operacional de cada etapa do calendário eleitoral e pela necessidade de gestão de continuidade de negócio, nos termos da Resolução TRE-RO nº 32/2024, conforme se demonstra:

Lote 1 (Itens 1 e 2) destina-se ao apoio administrativo pré-eleitoral — intimação e treinamento de mesários —, empregando embarcações tipo voadeira de pequeno porte, com características técnicas, documentação e custo operacional substancialmente distintos do barco de grande porte. A separação em lote próprio permite a participação de empresas especializadas nessa categoria de embarcação, ampliando a competitividade do certame.

Lote 2 (Itens 3 e 4) corresponde à logística eleitoral principal dos turnos de votação, exigindo embarcação de grande porte com capacidade mínima para 60 (sessenta) passageiros, arqueação bruta superior a 100 AB (AB > 100), porão estanque para transporte de urnas eletrônicas e equipamentos BGAN, além de embarcação de apoio — requisitos técnicos e documentais próprios (CTS, CSN, vistoria anual) incompatíveis com os dos demais lotes, o que impede o agrupamento sem prejuízo à competitividade e à segurança da contratação.

Lote 3 (Itens 5 e 6) constitui a **solução de contingência climática**, ativada exclusivamente quando o nível do Rio Madeira atingir cota igual ou inferior a 4 (quatro) metros, conforme os gatilhos estabelecidos no Plano de Contingência — Seca do Rio Madeira (SEI 1510290) e nas normas da Capitania Fluvial de Porto Velho (NPCF-CFPV). Sua separação em lote autônomo no Sistema de Registro de Preços é tecnicamente indispensável, pois permite ao Tribunal assegurar o preço e a disponibilidade da frota de pequeno calado sem a obrigatoriedade de contratação ou desembolso imediato, atendendo ao princípio da economicidade e evitando contratações emergenciais com valores inflacionados durante períodos de estiagem severa.

A formação de lotes distintos atende, portanto, ao art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que determina o parcelamento quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso, sendo cada lote suficientemente autônomo para atrair competidores específicos, sem prejuízo da unidade funcional da solução logística eleitoral.

() Serão formados **grupos compostos por itens**?

(X) Não;

() sim.

Se positivo, justificar a vantagem técnica e econômica do **agrupamento**: _____.

10. VALOR ESTIMADO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

R\$ _____ (_____), de acordo com as pesquisas de preços realizadas e informadas no item 6.1 e as quantidades estimadas no item 8 do ETP.

Tratando-se de SRP, somente está sendo indicado o enquadramento orçamentário da despesa no quadro adiante:

FONTE ORÇAMENTÁRIA				
Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária por ano	
			exercício corrente (R\$)	próximo(s) exercício(s) (R\$)
PLEITO	Transporte fluvial para o Baixo Madeira - 1º Turno	LDA TRANSP1		
PLEITO	Transporte fluvial para o Baixo Madeira -	LDA		



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

	2º Turno	TRANSP2		
Total por exercício financeiro				
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:				

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

☒ Ganho de produtividade

Informar: O agrupamento da logística em itinerários circulares permite que 100% das localidades da 20ª Zona Eleitoral sejam atendidas em ciclos otimizados de 5 dias, garantindo que as etapas de intimação, treinamento e votação ocorram sem atrasos cronológicos.

☐ Não se aplica.

☒ Redução de esforço

Informar: A terceirização integral (tripulação, combustível e manutenção) desonera a força de trabalho do Tribunal, que não possui corpo técnico para gestão de frota naval, permitindo o foco exclusivo nas atividades finalísticas do pleito.

☐ Não se aplica.

☒ Redução de custo

Informar: A inclusão do Lote 3 (Contingência) no planejamento inicial evita a necessidade de contratações emergenciais de última hora durante o período de seca severa, que historicamente apresentam valores inflacionados devido à escassez de embarcações de pequeno calado no mercado..

☐ Não se aplica.

☐ Redução de uso de recursos

Informar: _____.

☒ Não se aplica.

☒ Melhoria de controle

Informar: A exigência de conformidade com a **NORMAM-202/DPC** e a obrigatoriedade do despacho diário perante a Marinha do Brasil garantem uma fiscalização externa e documental rigorosa sobre a segurança e a regularidade de cada viagem.

☐ Não se aplica.

☒ Redução de riscos

Informar: Este é o resultado central da solução. A estratégia de partida direta com voadeiras (Lote 3) mitiga o risco de interrupção do processo eleitoral por seca severa (Níveis 2 e 3 do Plano de Contingência), eliminando a perigosa necessidade de transbordos de urnas eletrônicas no leito do rio.

☐ Não se aplica.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

(X) Cumprimento de determinação legal e/ou administrativa

Informar: Atendimento integral à **Resolução TSE nº 23.760/2026** (Calendário Eleitoral) e à **Resolução TRE-RO nº 32/2024** (Política de Gestão de Continuidade de Negócio), assegurando a resiliência institucional do Tribunal perante crises climáticas..

() Não se aplica.

() Melhoria/adequação nas instalações físicas

Informar: _____.

(X) Não se aplica.

(X) Outro

Informar: Através do cumprimento da 8ª Edição do Guia da AGU (2025) e do PLS do Tribunal, a contratação garante a destinação correta de 100% dos resíduos gerados, impedindo a poluição da calha do Rio Madeira.

**12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E
RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS**

A execução do transporte fluvial na calha do Rio Madeira e em áreas de preservação, como o Distrito de Lago do Cuniã, apresenta impactos ambientais inerentes à atividade, os quais serão neutralizados ou minimizados pelas seguintes medidas mitigadoras:

1. Poluição Hídrica por Resíduos Sólidos

- **Impacto:** Descarte irregular de plásticos, embalagens de mantimentos e resíduos orgânicos nas águas ou margens do rio durante as singraduras.
- **Medida Mitigadora:** Implementação obrigatória de **Logística Reversa e Destinação Final**, conforme o Guia da AGU (2025). A contratada deve realizar a coleta seletiva a bordo, acondicionando 100% dos resíduos gerados para desembarque e destinação ambientalmente licenciada em Porto Velho ao final de cada percurso. É terminantemente proibido o lançamento de detritos ou esgoto de porão nas águas.

2. Contaminação por Hidrocarbonetos

- **Impacto:** Vazamento acidental de combustível (gasolina/diesel) ou lubrificantes devido a falhas mecânicas ou abastecimento inadequado.
- **Medida Mitigadora:** Exigência de **Manutenção Preventiva Rigorosa**, com a apresentação de declaração de bom estado dos motores antes de cada saída. As embarcações devem estar equipadas com kits de contenção (absorvedores) para resposta imediata a pequenos incidentes, seguindo as diretrizes de prevenção de poluição hídrica do PLS e as normas da Autoridade Marítima.

3. Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE)

- **Impacto:** Emissão de poluentes atmosféricos decorrente da combustão dos motores das embarcações.
- **Medida Mitigadora:** Otimização das rotas através do **Itinerário Circular** de 5 dias, reduzindo a quilometragem percorrida e, consequentemente, o consumo de recursos naturais. A exigência de motores com potência adequada (mínimo 90 HP) e tecnologia atualizada visa maior eficiência energética e menor emissão de GEE, em conformidade com o Indicador 19 do PLS.

4. Impacto em Ecossistemas Sensíveis (Lago do Cuniã)

- **Impacto:** Perturbação da fauna e degradação de margens em áreas de proteção ambiental.

- **Medida Mitigadora:** Restrição de velocidade em áreas de concentração de embarcações e trechos estreitos (máximo 5 nós), conforme a **NPCF-CFPV 0502.1**, para evitar a erosão das margens ("terras caídas") e proteger as habitações ribeirinhas.

A adoção destas medidas mitigadoras assegura que a contratação atue como indutora de **boas práticas ambientais**, transformando o dever de transporte em uma operação sustentável. O alinhamento com a **Resolução CNJ nº 400/2021** e com a **Lei nº 12.305/2010** garante que o Tribunal cumpra sua meta de sustentabilidade e responsabilidade social, preservando o patrimônio natural da Amazônia durante o exercício da democracia.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Baseado nos estudos preliminares, a contratação demonstra-se adequada para o atendimento da demanda?

(X) Sim

() Não

Justificativa: Com base nos estudos técnicos preliminares realizados, a contratação demonstra-se integralmente adequada para o atendimento da demanda logística da 20ª Zona Eleitoral. A modelagem em três lotes garante o cumprimento rigoroso das etapas de intimação, treinamento e execução do pleito, assegurando a resiliência institucional exigida pela Política de Gestão de Continuidade de Negócio. A inclusão estratégica do Lote 3 neutraliza o risco de interrupção das atividades por seca severa, operando conforme os gatilhos técnicos do Plano de Contingência para evitar transbordos complexos e proteger a integridade física das urnas eletrônicas e demais equipamentos sensíveis. Sob a ótica econômica e administrativa, a terceirização do serviço afasta a inviabilidade de aquisição de frota própria e a necessidade de estruturação de corpo técnico especializado pelo Tribunal, apresentando um valor de mercado compatível com a complexidade e os requisitos de segurança exigidos para a região. Além disso, o estrito alinhamento com a NORMAM-202/DPC e com a 8ª Edição do Guia da AGU (2025) confere à solução a necessária robustez jurídica e responsabilidade socioambiental, permitindo que as Eleições 2026 no Baixo Madeira ocorram com plena eficiência operacional e absoluta segurança jurídica.

Unidade Demandante

responsável (nome)

Equipe de Planejamento da Contratação

Integrante (nome)

Integrante (nome)

Integrante (nome)

Integrante (nome)

Integrante (nome)



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

0000361-47.2026.6.22.8000

1471989v51



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Azevedo Andrade Júnior**, Técnico Judiciário, em 11/05/2026, às 18:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1471989** e o código CRC **9DCC63E6**.

0000361-47.2026.6.22.8000

1471989v51

Criado por 288862340116, versão 51 por 288862340116 em 11/05/2026 18:18:02.

ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA (TR) – SERVIÇOS SEM DEMO Nº 1/2026 - PRES/DG/SAOFC/COMAP

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Formação de registro de preços para eventual contratação de serviços de transporte fluvial de passageiros e cargas (urnas eletrônicas e materiais logísticos), visando atender à 20ª Zona Eleitoral no Baixo Madeira durante o ciclo das Eleições 2026, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento

1.2 Detalhamento dos serviços que compõem a solução:

Preparação das Eleições

<u>Lote/ Grupo 1</u>	<u>Período do deslocamento</u>	<u>Itinerário</u>	<u>Tipo de Embarcação</u>	<u>Quantidade e Estimada de diárias</u>	<u>Justificativa/ Finalidade</u>	<u>Catser</u>	<u>Valor unitário</u>	<u>Valor total</u>
Item 1	20/07 a 24/07/2026	Porto Velho - São Carlos - Distrito de Nazaré - Distrito de Lago do Cuniã - Distrito de Santa Catarina - Distrito de Papagaio - Distrito de Calama - Distrito de Demarcação Rio Machado - Distrito de Demarcação Vila Rio Preto - Porto Velho.	Voadeira, tipo lancha – capacidade mínima para 06 (seis) pessoas	5	Intimação de Mesários / Vistoria locais de Votação	3204		
Item 2	14/09 a 18/09/2026	Porto Velho - São Carlos - Distrito de Nazaré - Distrito de Lago do Cuniã - Distrito de Santa Catarina - Distrito de Papagaio - Distrito de Calama - Distrito de Demarcação Rio Machado - Distrito de Demarcação Vila Rio Preto - Porto Velho.	Voadeira, tipo lancha – capacidade mínima de 06 (seis) pessoas	5	Treinamento de Mesários / Vistoria locais de Votação	3204		

1º e 2º Turnos

<u>Lote/ Grupo 2</u>	<u>Período do deslocamento</u>	<u>Itinerário</u>	<u>Tipo de Embarcação</u>	<u>Quantidade Estimada de diárias</u>	<u>Justificativa/ Finalidade</u>	<u>Catser</u>	<u>Valor unitário</u>	<u>Valor total</u>
Item 3	01/10 a 05/10/2026	Porto Velho - São Carlos - Distrito de Nazaré - Distrito de Lago do Cuniã - Distrito de Santa Catarina - Distrito de Papagaio - Distrito de Calama - Distrito de Demarcação Rio Machado - Distrito de Demarcação Vila Rio Preto - Porto Velho.	Barco com capacidade mínima para 60 (sessenta) pessoas	5	Eleição 1º Turno - Fiscalização - Segurança - Montagem de Seção	3204		
Item 4	22/10 a 26/10/2026	Porto Velho - São Carlos - Distrito de Nazaré - Distrito de Lago do Cuniã - Distrito de Santa Catarina - Distrito de Papagaio - Distrito de Calama - Distrito de Demarcação Rio Machado - Distrito de	Barco com capacidade mínima para 60 (sessenta) pessoas	5	Eleição 2º Turno (se houver) - Fiscalização - Segurança - Montagem de Seção	3204		



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

		Demarcação Vila Rio Preto - Porto Velho, <u>se houver</u> <u>2º turno.</u>						

Contingência em caso de estiagem - 1º e 2º Turnos

<u>Lote/</u> <u>Grupo</u> <u>3</u>	<u>Período do</u> <u>deslocamento</u>	<u>Itinerário</u>	<u>Tipo de</u> <u>Embarcação</u>	<u>Quantidade</u> <u>Estimada de</u> <u>diárias</u>	<u>Justificativa/</u> <u>Finalidade</u>	<u>Catser</u>	<u>Valor</u> <u>unitário</u>	<u>Valor</u> <u>total</u>
Item 5	01/10 a 05/10/2026	Porto Velho - São Carlos - Distrito de Nazaré - Distrito de Lago do Cuniã - Distrito de Santa Catarina - Distrito de Papagaios - Distrito de Calama - Distrito de Demarcação Rio Machado - Distrito de Demarcação Vila Rio Preto - Porto Velho.	Frota de até 10 voadeiras, tipo lancha – capacidade mínima para 06 (seis) pessoas	5	Contingência da Eleição 1º Turno logística para o transporte de urnas e pessoal em caso de seca severa que impeça o tráfego do barco de grande porte.	3204		
Item 6	22/10 a 26/10/2026	Porto Velho - São Carlos - Distrito de Nazaré - Distrito de Lago do Cuniã - Distrito de Santa Catarina - Distrito de Papagaios - Distrito de Calama - Distrito de Demarcação Rio Machado - Distrito de Demarcação Vila Rio Preto - Porto Velho, <u>se houver</u> <u>2º turno.</u>	Frota de até 10 voadeiras, tipo lancha – capacidade mínima para 06 (seis) pessoas	5	Contingência da Eleição 2º Turno logística para o transporte de urnas e pessoal em caso de seca severa que impeça o tráfego do barco de grande porte.	3204		

1.3 Objeto de qualidade comum, de acordo com o incisos XIII do art. 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021?

(X) Sim.

() Não, trata-se de serviços especiais.

1.4 Parcelamento, de acordo com o ETP:

() Não;

(X) Sim.

Justificativa: A solução está dividida em **03 (três) lotes distintos** para garantir a competitividade e a execução da estratégia de contingência para a seca do Rio Madeira, conforme detalhado no item 9 do ETP.

1.5 O prazo de vigência da contratação é de até 31/12/2026, contados da assinatura do instrumento contratual (ou recebimento da nota de empenho), na forma do artigo 105 da Lei n. 14.133, de 2021

1.5.1 Não se aplica.

1.6 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópicos específicos do ETP, anexo deste TR.



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do ETP, apêndice deste Termo de Referência.

3.2 FORMAÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DA SOLUÇÃO:

() Não se aplica, de acordo com o ETP.

(X) Será formado SRP, de acordo com as justificativas do ETP.

3.2.1 Haverá uma quantidade máxima a ser adquirida para cada item/grupo?

() Não;

(X) Sim, conforme o quantitativo estipulado na tabela do item 1.2 deste Termo de Referência

3.2.2 Quantidade mínima a ser cotada de unidades de serviços, de acordo com o quadro adiante: O licitante deverá cotar a totalidade (100%) das diárias previstas para cada item do respectivo grupo, visando garantir a integridade logística da missão eleitoral.

3.2.3 Haverá possibilidade de prever preços diferentes?

(X) Não;

() Sim, **porque:**

() Os serviços serão executados em locais diferentes, a saber: **(inserir justificativa para a adoção e quadro/tabela com os itens que serão executados em locais diferentes).**

() admitida cotação variável em razão do tamanho do lote: **(inserir justificativa para a adoção da medida e quadro/tabela com os diversos tamanhos dos lotes para os itens).**

() outros motivos justificados: **(inserir justificativa para a adoção da medida):** _____.

3.2.4 O licitante poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no termo de referência, obrigando-se nos limites dela?

() Sim.

(X) Não, justificar: A prestação do serviço exige a mobilização integral da frota para o atendimento de todas as localidades do Baixo Madeira no cronograma fixado, sendo tecnicamente inviável o fracionamento da execução por diferentes fornecedores no mesmo itinerário.

3.2.5 Será adotado o critério de julgamento de menor preço por:

() item

(X) Grupo **justificativa:** O agrupamento por lotes (Apoio Administrativo, Logística Padrão e Contingência) garante a padronização da frota e a eficiência operacional, evitando conflitos de logística e responsabilidade entre empresas diferentes durante o período crítico do pleito

3.2.6 Será permitido o registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido?



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

(X) Não;

() Sim, porque: **(conforme indicação do valor máximo da despesa, estando vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata).**

() É a primeira licitação para o objeto e o órgão não tem registro de demandas anteriores.

3.2.7 Divulgação da IRP:

(X) Não, justificativa: Em razão da exiguidade do cronograma das Eleições 2026 e da especificidade técnica do objeto vinculado à navegabilidade do Rio Madeira, a inclusão de demandas de outros órgãos poderia comprometer a disponibilidade da frota local para a Justiça Eleitoral nos períodos de pico da estiagem.

() Sim.

a) Caso outros órgãos ou outras entidades manifestem interesse em aderir à IRP, no prazo de 8 (oito) dias úteis fixado pelo Decreto nº 11.462, de 2023, deverão encaminhar as seguintes informações mínimas:

i. Quantitativo total;

ii. Quantitativo mínimo por aquisição (de cada item);

iii. Cronograma de aquisição;

iv. Endereço completo do local de entrega;

v. Disponibilidade orçamentária, se for o caso;

vi. Responsável pelo recebimento (nome, telefone e função).

b) Considerando a busca pela economia de escala, será indeferida, de plano, a solicitação de adesão a IRP cujo quantitativo mínimo seja inferior ao quantitativo mínimo estipulado no cronograma constante neste ETP.

3.2.8 Há possibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços por outros órgãos ou entidades que não tenham participado do certame?

() Sim, apresentar justificativa (**Acórdão TCU nº 1381/2018 - Plenário**): _____.

(X) Não, porque: Trata-se de contratação para atividade crítica de segurança nacional (Eleições). A reserva de mercado na região do Baixo Madeira é restrita e o acionamento por órgãos não participantes poderia inviabilizar o cumprimento do plano de contingência deste Tribunal.

3.2.9 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462, de 2023):

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

c) os preços registrados serão reajustados respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para o reajuste dos preços contratados.

3.2.10 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano contado a partir do 1º do útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e não se pretende a renovação dos quantitativos, uma vez que o objeto é destinado especificamente ao ciclo das Eleições Gerais de 2026.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade: ambiental, econômica, social e cultural:

4.1

- () não se aplica, conforme justificado no ETP.
(X) De acordo com os requisitos do ETP.
() Além daqueles já descritos no ETP: _____.

Indicação de marcas ou modelos ([Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

4.2 Não se aplica.

4.3 Não se aplica.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço (apenas quando ocorreu esse procedimento prévio):

4.4 Não se aplica

Da exigência de carta de solidariedade (apenas quando exigível):

4.5 Não se aplica.

Subcontratação:

4.6 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual para os **Lotes 1 e 2**, pois o transporte de urnas e equipamentos de transmissão é uma atividade de segurança crítica que exige responsabilidade direta e exclusiva da contratada..

4.6.1 Para o **Lote 3**, em razão da necessidade de mobilização simultânea de frota de até 10 (dez) voadeiras, é admitida a subcontratação **parcial de até 50% (cinquenta por cento)** das embarcações, exclusivamente para empresas que atendam cumulativamente às seguintes condições:

- a) estejam regularmente inscritas no CNPJ e não figurem em cadastros de sanções (CEIS/CNEP);
- b) apresentem, para cada embarcação subcontratada, o TIE válido e o Termo de Responsabilidade exigidos na habilitação;
- c) tenham toda a tripulação com CIR válida e compatível com a categoria da embarcação, conforme a NORMAM-101/DPC;
- d) sejam previamente aprovadas pela fiscalização do contrato na vistoria técnica obrigatória prevista no item 6.10.1 deste TR;
- e) **não sejam subcontratadas de subcontratadas** — veda-se expressamente a cadeia de subcontratação.

4.6.2 A subcontratação não transfere à subcontratada qualquer responsabilidade contratual perante o Tribunal. A contratada permanece **integral e exclusivamente responsável** pela execução do objeto, pela idoneidade das embarcações e tripulantes subcontratados e por eventuais danos causados às urnas eletrônicas, equipamentos e pessoas.

4.6.3 A contratada deverá comunicar ao gestor do contrato, com antecedência mínima de **05 (cinco) dias úteis** antes de cada viagem, a relação das embarcações e tripulantes subcontratados, com a documentação comprobatória exigida na alínea "b" e "c" deste item.

4.7 O contrato, se houver, oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.

Garantia da contratação:

4.8 a 4.12 Não se aplicam.



Vistoria

4.13 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Procedimentos prévios à contratação:

5.1 Na forma do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, será firmado

(X) contrato;

() o contrato será substituído por nota de empenho (art. 95, II, Lei Nº 14.133, de 2021).

5.2 Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa ou para a assinatura do contrato, a adjudicatária ou compromissária da ARP deverá apresentar regularidade, podendo substituir as certidões junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

5.2.1 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais.

5.3 Após a homologação do certame e a comprovação da regularidade da adjudicatária, serão realizados os seguintes procedimentos:

5.3.1 Havendo previsão de lavratura de **ata de registro de preços** e/ou de instrumento de **contrato**, a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE-RO, por mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar o cadastro de seus representantes legais como usuários externos no Sistema Eletrônico de Informação – SEI e enviar a documentação solicitada pela referida unidade;

5.3.2 Em seguida, a adjudicatária será convocada por mensagem eletrônica (e-mail) para, no mesmo prazo indicado anteriormente, realizar a assinatura eletrônica da ata de registro de preços e/ou do instrumento de contrato.

5.3.3 Nas contratações com utilização de nota de empenho de despesa em substituição ao contrato, a Seção de Contratos do TRE-RO enviará esse instrumento à adjudicatária, em formato PDF e via e-mail, devendo essa confirmar o recebimento do documento no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de envio desse e-mail.

5.3.4 O prazo máximo mencionado neste tópico poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do interessado durante seu transcurso, devidamente justificado e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

5.4 Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail será feita a assinatura presencial dos instrumentos mencionados, assim como a entrega da nota de empenho referida.

5.5 O descumprimento desse prazo máximo ou a recusa em realizar os procedimentos indicados poderá ensejar a apuração de descumprimento pela Administração e a aplicação das penalidades cabíveis à adjudicatária e/ou contratada.

5.6 O descumprimento injustificado, pela adjudicatária ou compromissária da ARP, das obrigações estabelecidas nesta seção implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando-se à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (§ 5º do art. 90 c/c art. 155, VI c/c art. 156, II, todos da Lei 14.133/2021 - Não celebrar o contrato). Nessa situação os remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições ou negociar nos limites do valor estimado atualizado da contratação (§ 2º c/c § 4º do art. 90 da Lei 14.133, de 2021).

Condições de execução:

5.7 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

5.7.1 Conforme cronograma fixado no item 1.2 deste TR, mediante emissão de **Ordem de Serviço** com antecedência mínima de 10 (dez) dias.;

5.7.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

1. **Regra de Exclusividade:** A execução dos serviços dos **Lotes 2 e 3** é mutuamente exclusiva por turno eleitoral. O acionamento da frota de contingência (Lote 3) suspende, para o respectivo período, a obrigação de execução do Lote 2.
2. **Gatilho de Contingência:** O Lote 3 será acionado caso o monitoramento hídrico aponte cota do Rio Madeira **igual ou inferior a 4 (quatro) metros**, ou em caso de restrição formal de calado emitida pela Autoridade Marítima que inviabilize a navegação de embarcações de grande porte.

5.7.3 Cronograma de realização dos serviços:

Os serviços serão executados em 04 (quatro) etapas principais, vinculadas ao Calendário Eleitoral de 2026, conforme detalhado no item 1.2 deste instrumento.

5.7.4 Etapas:

1. **Etapas 1 (Intimação):** De 20/07 a 24/07/2026 (Lote 1).
2. **Etapas 2 (Treinamento):** De 14/09 a 18/09/2026 (Lote 1).
3. **Etapas 3 (1º Turno):** De 01/10 a 05/10/2026 (Lote 2 ou Lote 3, conforme nível do rio).
4. **Etapas 4 (2º Turno):** De 22/10 a 26/10/2026 (Lote 2 ou Lote 3, se houver necessidade).

Local e horário da prestação dos serviços:

5.8 Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Início e término obrigatoriamente no Porto do Cai N'Água (ou porto oficial equivalente), em Porto Velho/RO, com itinerário percorrendo os distritos do Baixo Madeira (São Carlos, Nazaré, Lago do Cuniã, Santa Catarina, Papagaios, Calama, Demarcação Rio Machado e Vila Rio Preto)..

5.9 Os serviços serão prestados no seguinte horário: Saída dos portos a partir das 08:00h, conforme plano de navegação diurna para segurança em períodos de vazante, ou conforme necessidade específica da 20ª ZE comunicada previamente.

Rotinas a serem cumpridas:

5.10 A execução contratual observará as rotinas (abaixo) ou (em anexo):

1. **Logística Reversa:** Coleta seletiva obrigatória a bordo e desembarque de 100% dos resíduos sólidos em Porto Velho para destinação licenciada.
2. **Protocolo de Segurança:** Realização de despacho diário na Capitania dos Portos e apresentação do comprovante ao fiscal antes de cada partida.
3. **Monitoramento:** Reporte diário da posição da embarcação e das condições de navegabilidade (presença de bancos de areia e pedrais).

Materiais a serem disponibilizados:

5.11 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

I - Salvatagem: Coletes salva-vidas em quantidade suficiente para todos os tripulantes e passageiros (conforme CTS da embarcação), em perfeito estado de conservação;

II - **Infraestrutura de Carga:** Área estanque e protegida de calor/umidade para transporte de Urnas Eletrônicas e equipamentos BGAN;

III - Motores de popa com potência mínima de 90 HP (para voadeiras) e voadeira de apoio (mínimo 25 HP) acoplada ao barco de grande porte.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta:

5.12 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

I - **Percursos:** Itinerário circular de aproximadamente 5 dias, abrangendo as localidades mais remotas da calha do Rio Madeira. ;

II - **Capacidade:** Necessidade de transporte simultâneo de até 60 passageiros e carga sensível no Lote 2, ou fracionamento em até 10 unidades simultâneas no Lote 3;

III - **Condições Hidrológicas:** Mercado deve considerar a complexidade da navegação em períodos de estiagem severa (Níveis de Alerta e Emergência da ASRICO).

IV - **Flexibilidade da Frota (Lote 3):** A quantidade de 10 (dez) voadeiras estabelecida para o Lote 3 é referencial, baseada em embarcações com capacidade para 06 passageiros. Será admitida a variação na quantidade total de embarcações da frota de contingência, desde que a soma das capacidades individuais atenda, no mínimo, ao transporte simultâneo de **60 (sessenta) passageiros sentados** e comporte integralmente a carga de urnas e equipamentos prevista para o Lote 2, sem prejuízo à agilidade e segurança da operação.

5.13 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato:

5.14 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Outras informações julgadas importantes para a correta execução do contrato:

5.15 Serão necessários, ainda, a observância dos seguintes procedimentos:

1. **Substituição de Frota:** Em caso de pane mecânica ou elétrica, a contratada deve substituir a embarcação em até 12 horas para não comprometer o calendário eleitoral.
2. **Combustível:** é de inteira responsabilidade da contratada o fornecimento de combustíveis e lubrificantes para todo o trajeto.

5.16. Deveres e Responsabilidades do contratante:

5.16.1 Proporcionar à Contratada todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, garantindo o acesso das embarcações e tripulantes aos pontos de embarque e desembarque definidos no itinerário logístico.

5.16.2 Relatar, por escrito e com a devida comprovação, eventuais irregularidades na prestação dos serviços, especialmente quanto ao estado de conservação das embarcações, atrasos nos deslocamentos ou falhas na proteção das urnas eletrônicas contra intempéries.

5.16.3 Sustar a execução de quaisquer viagens que estejam em desacordo com as especificações técnicas exigidas (ex: motorização inferior a 90 HP nas voadeiras, falta de itens de salvatagem ou área estanque inadequada).

5.16.4 Exigir e conferir os registros das embarcações junto à Marinha do Brasil TIE (Lotes 1 e 3), PRPM, CTS e CSN (Lote 2)) antes da celebração da Ata de Registro de Preços e de cada emissão de nota de empenho.

5.16.5 Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas, com especial atenção ao rigoroso calendário das etapas de intimação, treinamento e turnos de votação.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

5.16.6 Reunir-se com a Contratada, sempre que necessário, para definir detalhes logísticos específicos solicitados pela **20ª Zona Eleitoral**, como horários de partida e pontos de parada prioritários.

5.16.7 Assegurar o acesso dos tripulantes e prepostos da Contratada, devidamente identificados, aos locais de carga e descarga de urnas e materiais do Tribunal.

5.16.8 Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução, realizando obrigatoriamente a **vistoria técnica** das embarcações em até 05 (cinco) dias antes de cada saída programada, anotando falhas detectadas em registro próprio.

5.16.9 Notificar a Contratada para, no prazo máximo concedido, sanar falhas técnicas ou documentais identificadas na vistoria prévia, alertando sobre sanções em caso de descumprimento que comprometa a saída da missão eleitoral.

5.16.10 Rejeitar, por meio da fiscalização, embarcações que não atendam aos requisitos de segurança ou ergonomia (ex: pé-direito do barco regional inferior a 2,25m) e fixar prazo para substituição imediata sem ônus ao Tribunal.

5.16.11 Receber os serviços em caráter provisório e definitivo, verificando a conformidade dos roteiros percorridos e das diárias efetivamente utilizadas, certificando as notas fiscais para pagamento.

5.16.12 Realizar o pagamento dos serviços prestados observando a **regra de exclusividade entre os Lotes 2 e 3**, garantindo que não haja pagamento em duplicidade para a mesma finalidade de transporte no mesmo turno.

5.16.13 Monitorar permanentemente os níveis do Rio Madeira e, mediante parecer técnico da Assessoria de Gestão de Riscos, formalizar o acionamento do **Lote 3 (Contingência)** quando a cota atingir níveis críticos de navegabilidade.

5.17 Deveres e Responsabilidades da Contratada:

5.17.1 Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições para a execução do objeto nos termos estabelecidos na sua proposta comercial, no edital, neste TR e no instrumento de contrato.

5.17.2 Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do contratante, acréscimos ou supressões do objeto da contratação em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total ou estimado do contrato, na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021.

5.17.3 Indicar preposto para o contrato, que deverá ser o interlocutor para assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e participar de reuniões de acompanhamento sempre que solicitado.

5.17.4 Responder solicitações para elucidação de eventuais questões relacionadas à execução do contrato no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, dada a celeridade exigida pelo calendário eleitoral.

5.17.5 Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceita a transferência de responsabilidade a outras entidades.

5.17.6 Não subcontratar a execução do objeto dos **Lotes 1 e 2**, em razão da natureza crítica e sigilosa do transporte de urnas eletrônicas e equipamentos de transmissão, exigindo-se responsabilidade direta e exclusiva da contratada sobre a frota e tripulação.

5.17.6.1 Para o **Lote 3**, é admitida a subcontratação parcial de até 50% (cinquenta por cento) das embarcações da frota de contingência, observadas cumulativamente as seguintes condições:

a) comunicar ao gestor do contrato, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis antes de cada viagem, a relação completa das embarcações e tripulantes subcontratados, acompanhada da documentação comprobatória exigida nas alíneas seguintes;

b) comprovar que cada embarcação subcontratada possui TIE válido e Termo de Responsabilidade exigidos pela NORMAM-202/DPC, apresentando os documentos originais na vistoria técnica prévia;

c) assegurar que toda a tripulação das embarcações subcontratadas possua CIR válida e compatível com a categoria da embarcação, em conformidade com a NORMAM-101/DPC, submetendo-a à verificação da fiscalização;

d) garantir que as empresas subcontratadas estejam regularmente inscritas no CNPJ e não figurem em cadastros de sanções (CEIS/CNEP), apresentando as certidões comprobatórias;

e) submeter as embarcações subcontratadas à vistoria técnica obrigatória prevista no item 6.10.1 deste TR, sendo vedada a participação de qualquer embarcação reprovada na vistoria;

f) vedada, em qualquer hipótese, a subcontratação de empresas que já sejam subcontratadas de terceiros para o mesmo objeto — proíbe-se expressamente a cadeia de subcontratação.

5.17.6.2 A subcontratação não transfere à subcontratada qualquer vínculo contratual com o Tribunal. A contratada permanece **integral e exclusivamente responsável** perante a Administração pela execução do objeto, pela idoneidade técnica e documental das embarcações e tripulantes subcontratados, pelo sigilo das informações relativas às urnas eletrônicas e roteiros de viagem, e por eventuais danos causados a pessoas, equipamentos e materiais eleitorais durante a execução dos serviços.

5.17.6.3 O descumprimento das condições estabelecidas neste item, especialmente a subcontratação superior ao limite de 50% ou a ausência de comunicação prévia ao gestor, configurará inexecução parcial do contrato, sujeitando a contratada às sanções previstas no item 11 deste Termo de Referência, sem prejuízo da rescisão unilateral pela Administração.

5.17.7 Refazer ou corrigir os serviços não aprovados pela fiscalização (como substituição de embarcações reprovadas em vistoria) e cumprir obrigações pendentes em até 5 (cinco) dias úteis, ou em prazo inferior caso comprometa o cronograma de saída das missões.

5.17.8 Comunicar ao gestor do contrato toda e qualquer anormalidade de caráter urgente, como alterações súbitas na navegabilidade do Rio Madeira (bancos de areia ou pedrais), que possam impactar o itinerário previsto.

5.17.9 Arcar com todos os custos diretos e indiretos, incluindo combustíveis, lubrificantes, taxas portuárias, encargos trabalhistas da tripulação, materiais de salvatagem e alimentação.

5.17.10 Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

5.17.11 Garantir o mais rigoroso sigilo sobre dados, locais de armazenamento de urnas e roteiros de viagem, não podendo revelar informações que coloquem em risco a segurança do pleito.

5.17.12 Obrigações Específicas do Objeto (Fluvial):

1. Manter as embarcações em perfeito estado de conservação e segurança, em estrita observância às normas da Autoridade Marítima (NORMAM-202/DPC).
2. Assegurar que toda a tripulação possua a Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) válida e compatível com a categoria da embarcação.
3. Garantir a **impermeabilidade e segurança da área estanque** destinada ao transporte das urnas eletrônicas, protegendo-as integralmente contra chuva, calor excessivo e umidade.
4. Substituir qualquer embarcação que apresente falha mecânica ou elétrica em até 12 (doze) horas, para evitar o descumprimento do calendário eleitoral.
5. Realizar o despacho formal de cada viagem junto à Capitania dos Portos de Porto Velho antes do início da execução do serviço, conforme a NORMAM-204/DPC.

5.17.13 Observar e cumprir as políticas de Integridade, Compliance e Prevenção ao Assédio estabelecidas nas Resoluções e Instruções Normativas deste Tribunal (Res. TRE-RO 31/2023, IN 03/2024 e Res. 12/2023).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

6.3 As comunicações entre o Tribunal e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica via e-mail para esse fim;

6.4 O Tribunal poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Tribunal poderá convocar o representante da empresa contratada para **reunião inicial** para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das

obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

Fiscalização

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório e definitivo e acompanhará a execução do contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.7.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Setorial

6.8 O fiscal setorial, quando houver, acompanhará a execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas do Tribunal.

6.8.1 Ao fiscal setorial competirá, no setor por ele fiscalizado, as atribuições do fiscal técnico ou administrativo.

Fiscalização Administrativa

6.9 O fiscal administrativo do contrato, quando houver, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#));

6.9.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.10 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas contidas no Formulário Checklist Verificação Sustentabilidade ([1517479](#)).

6.10.1 Vistoria Técnica Obrigatória: Até 05 (cinco) dias úteis antes de cada saída programada (Intimação, Treinamento e Turnos), o fiscal técnico realizará vistoria nas embarcações para verificar:

1. **Segurança:** Presença e estado dos itens de salvatagem e validade dos extintores.
2. **Funcionalidade:** Potência dos motores (mín. 90 HP para voadeiras) e integridade da área estanque para urnas eletrônicas.
3. **Documentação:** Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) da tripulação e documentos da embarcação junto à Marinha TIE (Lotes 1 e 3), PRPM, CTS e CSN (Lote 2).



6.10.2 Monitoramento do Nível do Rio (Gatilho de Contingência): O gestor e o fiscal técnico monitorarão diariamente os boletins hidrológicos. Caso a cota do Rio Madeira atinja **4 metros ou menos**, o fiscal deverá emitir parecer imediato para o acionamento do **Lote 3 (Contingência)**, formalizando a substituição da logística padrão.

6.10.3 Controle de Itinerário e Frequência:

1. A fiscalização setorial, exercida por servidor designado da **20ª Zona Eleitoral**, atestará o cumprimento integral do itinerário em cada localidade (São Carlos, Nazaré, Calama, etc.).
2. O recebimento definitivo das diárias só ocorrerá após a confirmação de que todos os pontos de votação previstos na etapa foram atendidos.

6.10.4 Fiscalização de Sustentabilidade: O fiscal verificará, ao final de cada missão, o desembarque dos resíduos sólidos coletados a bordo, exigindo a comprovação de que foram destinados corretamente em Porto Velho, conforme as diretrizes do Guia da AGU citadas no ETP.

6.10.5 Substituição de Emergência: Caso detectada falha técnica durante a viagem, o fiscal técnico notificará o preposto para substituição da embarcação no prazo de **12 horas**, sob pena de glosa das diárias e aplicação de sanções por risco à continuidade do pleito.

Gestor do Contrato

6.11 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV);

6.12 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.13 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III);

6.14 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII);

6.15 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X);

6.16 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI);

6.17 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato;

6.18 Os gestores e os fiscais observarão também as demais atribuições estabelecidas nos regulamentos do Tribunal para a gestão e fiscalização dos contratos;

6.19 Indicação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, mesmo que indicada em formulário próprio (indicar apenas as exigidas):

I - Gestor (titular e substituto): Rudma Rosa Oliveira Costa.

II - Fiscal técnico (titular e substituto): Socorro Maria Colelho Soares.

II - Fiscal setorial (titular e substituto): _____.



IV - Fiscal administrativo (titular e substituto): Roberto Azevedo Andrade Júnior.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará:

() O Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo _____,

OU

() outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços:

OU

(X) O disposto neste item:

Critérios de Qualidade e Desempenho:

1. Cumprimento rigoroso dos horários de partida e chegada previstos no cronograma da 20ª Zona Eleitoral.
2. Manutenção das urnas eletrônicas e equipamentos sensíveis em área estanque, protegidos de umidade e calor.
3. Manutenção integral dos motores e equipamentos de salvatagem durante todo o percurso.
4. Comprovação do desembarque de 100% dos resíduos sólidos em Porto Velho para destinação licenciada.
5. Garantia de que todos os custos de combustível e tripulação foram suportados pela contratada, sem interrupções por falta de insumos.

7.3 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

I - Pagamento realizado por diária efetivamente utilizada em cada missão (limitado a 05 diárias por itinerário, salvo atrasos justificados por condições de navegabilidade aceitos pela fiscalização).

II - Verificação se a frota disponibilizada corresponde ao lote solicitado (Lote 2 - Barco Grande ou Lote 3 - Combo de Voadeiras), observando a regra de exclusividade.

III - Apresentação da Nota Fiscal acompanhada do Relatório de Execução assinado pelo fiscal setorial da 20ª ZE e do comprovante de despacho na Capitania dos Portos.

Do recebimento:

7.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4.1 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4.2 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4.3 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.4.4 O fiscal setorial do contrato, **quando houver**, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.5 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.5.1 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.5.2 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.5.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.5.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.6 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.7 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.7.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.7.3 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.7.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.7.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.8 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.10 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação:

7.11 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

7.11.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

***Nota 34.** Observar que o artigo 7º, §2º, da Instrução Normativa nº 77, de 2022, prevê que “Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, os prazos de que dos incisos I e II do caput serão reduzidos pela metade.” (g.n). Como o prazo máximo de liquidação será reduzido pela metade, então o prazo de recebimento também deverá ser ajustado.*

7.12 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I - o prazo de validade;

II - a data da emissão;

III - os dados do contrato e do órgão contratante;

IV - o período respectivo de execução do contrato;

V - o valor a pagar; e

VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.14 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.15 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.16 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.17 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.19 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento:

7.20 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.21 Pelos eventuais atrasos dos pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data que o pagamento deveria ter ocorrido e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

7.21.1 a compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

Forma de pagamento:

7.22 O pagamento será realizado mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação municipal do imposto sobre serviços.

7.22.2 Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, email, número de celular ou chave aleatória.

7.22.3 Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe tratar-se de conta corrente ou conta poupança.

7.22.4 O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code.

7.23 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

***Nota 35:** A natureza do contrato e o objeto da contratação irão determinar a retenção tributária eventualmente cabível, de acordo com a legislação, bem como a possibilidade de a empresa se beneficiar da condição de optante do Simples Nacional, dentre outras questões de caráter tributário.*

Antecipação de pagamento:

7.25 a 7.33 Não se aplicam.

Cessão de crédito

7.34 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, observadas as condições e procedimentos estabelecidos no Edital e no Instrumento Contratual.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade de:

Pregão:

(X) Eletrônico;

() Presencial, motivada no ETP, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo

Critério de julgamento:

(X) Menor preço;



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

☐ Maior desconto.

Concorrência para serviços especiais:

☐ Eletrônica;

☐ Presencial, motivada no ETP, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

Critério de julgamento:

☐ menor preço;

☐ melhor técnica ou conteúdo artístico;

☐ técnica e preço;

☐ maior retorno econômico;

☐ maior desconto.

☐ Concurso, exceto para serviços de engenharia;

☐ Leilão;

☐ Diálogo Competitivo, exceto para obras e serviços de engenharia;

☐ Participação em SRP.

8.2 Não se aplica.

8.3 Há anexos da proposta?

☐ Não;

☒ Sim, relacionar todos e apontar o item do TR que contém a exigência: Anexo 1514354 Modelo de Proposta ([1517457](#))

OBS: O licitante deverá indicar expressamente em sua proposta a **capacidade mínima de passageiros (sentados)** das embarcações ofertadas, separadas por lote, sob pena de desclassificação, conforme os seguintes requisitos:

- **Lote 1:** Mínimo de 06 (seis) passageiros por voadeira/lancha;
- **Lote 2:** Mínimo de 60 (sessenta) passageiros para o barco regional;
- **Lote 3:** Mínimo de 06 (seis) passageiros para **cada uma das 10 (dez) embarcações** que compõem a frota de contingência. A proposta deverá demonstrar que a frota ofertada (independente do número de barcos) possui capacidade total somada para transportar ao menos **60 passageiros** e a carga logística, mantendo a exequibilidade do itinerário completo. Caso a capacidade unitária seja superior a 06 passageiros, a quantidade de embarcações poderá ser reduzida proporcionalmente, mantendo-se o valor global do lote.

8.4 Deverá ser adotada modo de disputa por lances:

☒ aberto;

☐ aberto e fechado;

☐ fechado e aberto,

com intervalo mínimo de 0,5% (meio por cento) entre os lances (art. 22, § 1º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022).

8.5 Divulgação do preço estimado:

☐ Sim.

☒ Não. **Justificativa** exigida pelo art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021: O preço estimado será mantido sob sigilo até o julgamento das propostas a fim de evitar o efeito âncora, estimulando a real competitividade entre os licitantes e



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

garantindo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme faculta o art. 24 da Lei nº 14.133/2021..

REGRAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS COMPETIDORES:

8.5 Poderão participar desta contratação:

8.5.1 Pessoas Jurídicas:

() Não, justificar: _____.

(X) Sim; **se positivo adotar as regras deste TR.**

8.5.1.1 Microempresas e empresas de pequeno - ME/EPPs (art. 4º, Lei nº 14.133, de 2021):

(X) **Sim**, informar o dispositivo da LC nº 123, de 14 de dezembro de 2006 para a **exclusividade: No tocante ao Lote 1**, a participação é **exclusiva** para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, dado que seu valor estimado (R\$ _____) é inferior a R\$ 80.000,00. Como o Lote 1 envolve voadeiras para serviços administrativos (intimação e treinamento), há uma oferta maior de pequenos prestadores na região de Porto Velho e no Baixo Madeira que podem atender perfeitamente a essa demanda.

(X) **Não será exclusiva**, as ME/EPPs participarão **com** tratamento favorecido, diferenciado e simplificado de acordo com a LC nº 123, de 2006 e o Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015: **Para os Lotes 2 e 3**, em razão de os valores estimados serem superiores ao limite legal de R\$ 80.000,00 estabelecido no art. 48, inciso I, da LC nº 123/2006. Deixa-se de aplicar a cota reservada de até 25% para microempresas e empresas de pequeno porte nos Lotes 2 e 3, com fulcro no art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006. O objeto da presente contratação envolve logística de transporte fluvial de alta complexidade e segurança (transporte de urnas eletrônicas e pessoal técnico do Tribunal), cuja execução exige comando operacional unificado, integridade civil da frota e capacidade de mobilização imediata e simultânea (especialmente no Lote 3 - Contingência). A fragmentação do objeto em cotas distintas pulverizaria a responsabilidade contratual, gerando severo risco de prejuízo à eficiência, à segurança e à tempestividade das etapas do pleito eleitoral.

() **Não será exclusiva**, as ME/EPPs participarão **sem** tratamento favorecido, diferenciado e simplificado de acordo com o § 1º do art. 4º, Lei nº 14.133, de 2021 porque: _____.

() **Não será permitida**, as ME/EPPs **não** poderão participarão do certame porque: _____.

8.5.2 Pessoas físicas:

(X) Não, justificar: A vedação fundamenta-se no parágrafo único do art. 4º da IN SEGES/ME nº 116/2021. A execução do objeto exige estrutura mínima de capital, equipamentos e corpo técnico incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física autônoma. Conforme demonstrado no ETP nº 27/2026, a contratada deve possuir capacidade de mobilização simultânea de até 10 (dez) embarcações (Lote 3) e garantir a substituição imediata em caso de pane, requisitos que demandam organização empresarial e suporte logístico que transcendem a atuação individual. Além disso, a natureza sigilosa e a segurança das urnas eletrônicas exigem responsabilidade civil e administrativa institucionalizada."

() Sim, de acordo com as regras deste TR e do edital.

8.5.3 Cooperativas:

() Não, justificar: _____.

(X) Sim, de acordo com as regras do edital.

8.5.4 Empresas reunidas em consórcio:



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

() Não, justificar: _____.

(X) Sim, de acordo com as regras do edital.

ATENÇÃO: AS REGRAS ACERCA DAS DEMAIS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, VEDAÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS CONDIÇÕES PRÉVIAS AO EXAME DAS PROPOSTAS SERÃO DEFINIDAS NO EDITAL DO CERTAME.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO: Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, exigidos conforme sua natureza jurídica:

8.6 Habilitação jurídica: Considerando as informações contidas no **item 8.5 deste TR**, os requisitos de habilitação jurídica serão definidos no edital do certame, **de acordo também com o item 8.6.12 do TR.**

8.7 Habilitação fiscal, social e trabalhista: Considerando as informações contidas no **item 8.5 deste TR**, os requisitos de habilitação jurídica serão definidos no edital do certame, **de acordo também com os itens 8.7.6 e 8.7.7 do TR.**

8.7.1 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes () estadual/distrital ou (X) municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.7.2 Prova de regularidade com a Fazenda () estadual/distrital ou (X) municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade que concorre ou contrata.

8.8 Habilitação Econômico-Financeira: Não será exigida porque esta contratação fundamenta-se na necessidade primordial de ampliar a competitividade e garantir a seleção de prestadores com real expertise na complexa logística do Baixo Madeira. Considerando que o mercado de transporte fluvial na região de Porto Velho é composto majoritariamente por operadores locais de pequeno e médio porte, a imposição de balanços patrimoniais e índices de liquidez rigorosos atuaria como uma barreira de entrada técnica e burocrática, afastando licitantes que possuem o conhecimento prático e os equipamentos necessários para a missão eleitoral.

Essa decisão encontra amparo jurídico no artigo 70, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021, que permite a simplificação da fase de habilitação em prol da eficiência administrativa e da busca pela proposta mais vantajosa, especialmente em setores onde a formalização contábil não reflete necessariamente a capacidade operacional de execução. Ademais, o risco de prejuízo ao erário é mitigado pela própria sistemática de medição e pagamento por diárias efetivamente realizadas, o que garante que o desembolso ocorra apenas após o recebimento definitivo de cada etapa logística, sem a realização de antecipações financeiras.

Ao priorizar a qualificação técnica em detrimento da análise de indicadores financeiros, o Tribunal evita o risco de uma licitação deserta em um período crítico de seca do Rio Madeira, assegurando que o foco da seleção recaia sobre a integridade das embarcações, a segurança das urnas eletrônicas e a experiência das tripulações. Tal modelagem respeita o princípio da proporcionalidade e a diretriz constitucional de fomento às micro e pequenas empresas, equilibrando a segurança jurídica necessária para o pleito de 2026 com a realidade fática dos prestadores de serviço da calha do rio.

8.9 Habilitação Técnica:

8.9.1 Não se aplica;

8.9.1.1 Não se aplica.

8.9.2 Não se aplica;

8.9.3 Não se aplica.

8.9.4 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de

certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.9.4.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) Para fins de comprovação de desempenho de atividade pertinente e compatível ao objeto da licitação, a licitante poderá apresentar atestados de serviços executados pela empresa com a própria embarcação que está indicando no certame e/ou com outras embarcações sob sua regular propriedade ou posse legal quando da execução dos serviços atestados;

b) Para comprovação das características, quantidades e prazos, será exigido transporte de, no mínimo, 50% da quantidade de passageiros previstos neste TR mínimo de 3 (três) passageiros para voadeira e 30 (trinta) para o barco grande, em um período não inferior a 2 (dois) dias;

8.9.4.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.9.4.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.9.4.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.9.5 Prova de atendimento aos requisitos abaixo discriminados, previstos nas leis a seguir:

8.9.5.1 LOTE 1 e 3 - Embarcação tipo voadeira com capacidade mínima para 06 (seis) pessoas e motor de popa de no mínimo 90 (noventa) HP:

a) **TIE - Título de Inscrição da Embarcação:** Expedido pelo órgão naval competente, conforme o art. 2º, VI, da Lei nº 9.537/97 (LESTA), atualizada pela Lei nº 14.813/2024, e em conformidade com a NORMAM-202/DPC;

b) **Termo de Responsabilidade:** Apresentar o Termo de Responsabilidade para embarcações não sujeitas a vistorias obrigatórias para emissão de CSN, conforme as Normas da Autoridade Marítima para Navegação Interior NORMAM-202/DPC;

c) **CIR - Caderneta de Inscrição e Registro:** Do condutor e tripulantes, expedida pelo órgão naval competente, conforme as Normas da Autoridade Marítima para a Carreira de Aquaviários NORMAM-101/DPC;

8.9.5.2 LOTE 2 - Embarcação com capacidade mínima para transporte de 60 (sessenta) pessoas:

a) **CTS - Cartão de Tripulação de Segurança:** Expedido conforme os requisitos de lotação e segurança da NORMAM-202/DPC;

b) **PRPM – Provisão de Registro de Propriedade Marítima:** Válida, expedida pelo Tribunal Marítimo, comprovando o registro da embarcação com arqueação bruta superior a 100 AB, conforme o art. 2º, VI, da Lei nº 9.537/97 e a NORMAM-202/DPC, item 2.1.6, alínea "a";

c) **CIR - Caderneta de Inscrição e Registro:** Da tripulação completa (conforme CTS), em conformidade com a NORMAM-101/DPC;

d) **CSN - Certificado de Segurança da Embarcação:** Válido, comprovando a arqueação bruta e a capacidade de transporte de passageiros, conforme a NORMAM-202/DPC;

e) **Vistoria Anual:** Documento vigente da última vistoria anual aprovada pela Capitania Fluvial, atestando o cumprimento das normas de navegação **NORMAM-202/DPC**;

f) **Declaração de ciência** quanto à obrigatoriedade de realização do despacho formal de cada viagem perante o órgão naval competente antes do início da execução do serviço, conforme a NORMAM-204/DPC

g) **Comprovação**, por parte do responsável pela embarcação, do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por embarcações ou por sua carga, instituído pela Lei nº 8.374, de 30 de dezembro de 1991 (DPEM).

i. caso seja diligenciado e comprovado que não há, no mercado, sociedade seguradora que ofereça o seguro de que trata o item supracitado, a exigência torna-se sem efeito, nos termos do § 3º, Art. 14, da Lei nº 8.374, de 30 de dezembro de 1991.

8.9.6 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação conforme edital.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ _____ (_____), conforme os custos unitários detalhados e inseridos na Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação (evento **1471990**).

9.2 Prejudicado

9.3 O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

9.4 Prejudicado.

9.5 Os preços contratados poderão ser reajustados, após o transcurso de 01 (um ano), com data-base vinculada à data do orçamento estimado (**11/05/2026 – Data de conclusão da ICVEC**), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade originária, para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, pelo índice **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE)**.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 Tratando-se de **formação de registro de preços** não há necessidade de indicação da dotação orçamentária nesta fase do procedimento. O enquadramento orçamentário da despesa, caso executada, está indicada no quadro adiante:

FONTE ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA				
Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária por ano	
			exercício corrente (R\$)	próximo(s) exercício(s) ¹ (R\$)
PLEITO	Transporte fluvial para o Baixo Madeira - 1º Turno	LDA TRANSP1		
PLEITO	Transporte fluvial para o Baixo Madeira - 2º Turno	LDA TRANSP2		
Total por exercício financeiro				
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:				

10.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1 Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste TR, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste TR, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.2.4 Multa:

I - Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

II - Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

III - Moratória de 1,0% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez) dias**, nas seguintes situações que, pela natureza do calendário eleitoral, configuram inexecução parcial de urgência:

- Atraso no cumprimento do cronograma de partidas de Porto Velho para as etapas de Intimação, Treinamento ou Turnos de Votação;
- Falha ou atraso na substituição de embarcação avariada ou tripulação inabilitada no prazo estipulado no TR;
- Ausência de equipamentos de salvatagem (coletes salva-vidas) ou de área estanque para proteção das urnas no momento da inspeção prévia ou do embarque;
- Descumprimento das normas de gestão de resíduos sólidos (não trazer o lixo de volta) ou vazamento de combustíveis por falta de manutenção.

i. O atraso superior a **05 (cinco) dias** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

IV - Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de **20% (vinte por cento)** do valor do Contrato.

V - Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de **30% (trinta por cento)** do valor do Contrato.

VI - Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1 (grave dano), a multa será de **10% (dez por cento)** do valor do Contrato.

VII - Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1 (retardamento), a multa será de **5% (cinco por cento)** do valor do Contrato.

VIII - Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1 (inexecução parcial), a multa será de **2% (dois por cento)** do valor do Contrato.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

11.3 A aplicação das sanções previstas neste TR não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4 Todas as sanções previstas neste TR poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

11.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.9 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

11.12 O procedimento e demais critérios para aplicação das sanções estabelecidas neste capítulo observarão as normas gerais da Lei nº 14.133, de 2021 e, ainda, aquelas estabelecidas em regulamento por este Tribunal.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

<hr/> Responsável	
OU	
Equipe de Planejamento da Contratação	
<hr/> Integrante	<hr/> Integrante
<hr/> Integrante	<hr/> Integrante

0000361-47.2026.6.22.8000

1514354v49



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Azevedo Andrade Júnior, Técnico Judiciário**, em 11/05/2026, às 18:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA, Coordenador(a)**, em 12/05/2026, às 15:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1514354** e o código CRC **B2A13F6E**.

0000361-47.2026.6.22.8000

1514354v49

Criado por 288862340116, versão 49 por 288862340116 em 11/05/2026 18:13:55.

Mostrar área de trabalho



ANEXO IV
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº ____/2025
PROCESSO Nº _____ - SEI
PREGÃO ELETRÔNICO N. ____/2025

A UNIÃO, através do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora-Geral, a Sra. _____, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. ____/SSP-____ e CPF nº. ____, doravante denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, RESOLVE, nos termos da Lei 14.133/21 e do Decreto 11.462/2023, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, registrar o preço dos produtos/serviços abaixo discriminados, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da Licitante _____, inscrita no CNPJ sob o nº. ____, com sede Av. ____, nº. ____, bairro ____, CEP: ____, Município de ____, Estado de ____, Telefone(s): (__) ____ e E-mail(s): _____, neste ato representada pelo _____, brasileiro, portador do RG nº. ____/SSP-____, e CPF nº. ____, doravante denominada simplesmente COMPROMISSÁRIA.

1.0. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de _____, especificado(s) no Termo de Referência, anexo do Edital, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2. Ficam registrados os preços dos seguintes itens:

ITEM DO TR	Especificação, marca e modelo	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor Total

1.3. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

1.4. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços.

1.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

2.0. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não será admitida a adesão à presente Ata de Registro de preços por órgãos/entidades não participantes.

3. VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

3.2. Não haverá prorrogação da Ata de Registro de Preços.



4. DO CONTRATO

4.1. O contrato será firmando mediante assinatura do instrumento contratual pertinente.

4.2. Na formalização do contrato será indicada a disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5. DO CADASTRO DE RESERVA

5.1. A formação de cadastro de reserva tem por objetivo a convocação para contratação no caso de eventual impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.2. Será incluído no cadastro de reserva o registro dos licitantes que:

- a) aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;
- b) mantiverem sua proposta original.

5.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

5.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.5. A análise das propostas e a verificação da habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada;
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c) na hipótese de reajuste prevista no Termo de Referência, anexo I do edital.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço



registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

7.3. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o Órgão Gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) não assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023;
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o Órgão Gerenciador, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.3. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

9.0. DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e seus anexos, aplicando-se também aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.



10. CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do compromissário, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no edital e seus anexos integrantes.

Local e data
Assinaturas

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CADASTRO RESERVA

Licitantes que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário, seguindo a ordem de classificação:

ITEM DO TR	Especificação, marca e modelo	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor Total

Licitantes que mantiveram sua proposta original, seguindo a ordem de classificação:

ITEM DO TR	Especificação, marca e modelo	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor Total



ANEXO V Minuta

CONTRATO TRE-RO N. _/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO SEI TRE-RO N. [0000361-47.2026.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO N. _/2026 – Serviços sem demo

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O TRE-RO E A EMPRESA __, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE FLUVIAL DE MATERIAIS, SERVIDORES E COLABORADORES, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA JUSTIÇA ELEITORAL DE RONDÔNIA.

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO), inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-901, na cidade de Porto Velho/RO, doravante designado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente, **Desembargador RADUAN MIGUEL FILHO**, brasileiro, residente e domiciliado na Cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia

CONTRATADA: Empresa __, inscrita no CNPJ sob o n. __, com sede na Rua __, n. __, Bairro __, CEP: __, Município de __, Estado de __, Telefone(s): __, E-mail(s): __, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) __, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG n. __/SSP-__ e CPF n. __.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Leis 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - NLLC), Decreto nº 9.507/2018 (Execução indireta de Serviços) e 13.709/2018 (Proteção de Dados Pessoais), Decreto Federal 11.246/2022 (Atuação do agente de contratação e da equipe de apoio), Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017 (Regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta), Resolução TSE 23.702/2022 (Política de Governança das contratações na Justiça Eleitoral), Instruções Normativas TRE-RO 4/2023 (Aplicação das regras e procedimentos da NLLC às licitações) e 04/2008 (Procedimentos nos processos de contratação de serviços e compras de qualquer natureza, e nos de gestão dos contratos administrativos), Resolução TRE-RO 31/2023 (Política e os mecanismos de prevenção e enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação), Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Edital de Pregão Eletrônico respectivo, e, supletivamente, Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil), assim como as decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, e as demais legislações aplicáveis ao objeto deste contrato.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 90 da Lei 14.133/2021, e Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos.

Ato de Autorização da Licitação: DESPACHO Nº _/2026 - PRES/DG/GABDG, de _/_/2026 (evento _).

Ato de Homologação do Pregão Eletrônico: DESPACHO Nº _/2026 - PRES/DG/GABDG, de _/_/2026 (evento _).

DO OBJETO

(Art. 92, I e II, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de transporte fluvial de materiais, servidores e colaboradores a serviço da 20ª Zona Eleitoral de Porto Velho/RO, consistentes em viagens à Região do Baixo Madeira, objetivando a realização das atividades concernentes ao 1º turno das Eleições Municipais de 2026, como também ao 2º turno, se houver, conforme condições, quantidades, exigências, especificações e prazos constantes no Termo de Referência, e conforme detalhamento adiante:

DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS QUE COMPÕEM A SOLUÇÃO:

Preparação das Eleições

<u>Lote/Grupo 1</u>	<u>Período do deslocamento</u>	<u>Itinerário</u>	<u>Tipo de Embarcação</u>	<u>Quantidade e Estimada de diárias</u>	<u>Justificativa/Finalidade</u>	<u>Catse</u>	<u>Valor unitário</u>	<u>Valor total</u>
Item 1	20/07 a	Porto Velho	Voadeira,	5	Intimação de Mesários /	3204		



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

	24/07/2026	- São Carlos - Distrito de Nazaré - Distrito de Lago do Cuniã - Distrito de Santa Catarina - Distrito de Papagaios - Distrito de Calama - Distrito de Demarcação o Rio Machado - Distrito de Demarcação o Vila Rio Preto - Porto Velho.	tipo lancha – capacidade mínima para 06 (seis) pessoas		Vistoria locais de Votação			
Item 2	14/09 a 18/09/2026	Porto Velho - São Carlos - Distrito de Nazaré - Distrito de Lago do Cuniã - Distrito de Santa Catarina - Distrito de Papagaios - Distrito de Calama - Distrito de Demarcação o Rio Machado - Distrito de Demarcação o Vila Rio Preto - Porto Velho.	Voadeira, tipo lancha – capacidade mínima de 06 (seis) pessoas	5	Treinamento de Mesários / Vistoria locais de Votação	3204		
LOTE 01 SUBTOTAL ESTIMADO								

1º e 2º Turnos

<u>Lote/Grupo 2</u>	<u>Período do deslocamento</u>	<u>Itinerário</u>	<u>Tipo de Embarcação</u>	<u>Quantidade e Estimada de diárias</u>	<u>Justificativa/Finalidade</u>	<u>Catse r</u>	<u>Valor unitário</u>	<u>Valor total</u>
Item 3	01/10 a 05/10/2026	Porto Velho - São Carlos	Barco com capacidade	5	Eleição 1º Turno - Fiscalização	3204		



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

		- Distrito de Nazaré - Distrito de Lago do Cuniã - Distrito de Santa Catarina - Distrito de Papagaios - Distrito de Calama - Distrito de Demarcação o Rio Machado - Distrito de Demarcação o Vila Rio Preto - Porto Velho.	mínima para 60 (sessenta) pessoas		Segurança - Montagem de Seção			
Item 4	22/10 a 26/10/2026	Porto Velho - São Carlos - Distrito de Nazaré - Distrito de Lago do Cuniã - Distrito de Santa Catarina - Distrito de Papagaios - Distrito de Calama - Distrito de Demarcação o Rio Machado - Distrito de Demarcação o Vila Rio Preto - Porto Velho, <u>se houver 2º turno.</u>	Barco com capacidade mínima para 60 (sessenta) pessoas	5	Eleição 2º Turno (<u>se houver</u>) - Fiscalização - Segurança - Montagem de Seção	3204		
LOTE 02 SUBTOTAL ESTIMADO								

Contingência em caso de estiagem - 1º e 2º Turnos

<u>Lote/Grupo 3</u>	<u>Período do deslocamento</u>	<u>Itinerário</u>	<u>Tipo de Embarcação</u>	<u>Quantidade e Estimada de diárias</u>	<u>Justificativa/Finalidade</u>	<u>Catse r</u>	<u>Valor unitário</u>	<u>Valor total</u>
Item 5	01/10 a	Porto Velho	Frota de até	5	Contingência da Eleição	3204		



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

	05/10/2026	- São Carlos - Distrito de Nazaré - Distrito de Lago do Cuniã - Distrito de Santa Catarina - Distrito de Papagaios - Distrito de Calama - Distrito de Demarcação o Rio Machado - Distrito de Demarcação o Vila Rio Preto - Porto Velho.	10 voadeiras, tipo lancha – capacidade mínima para 06 (seis) pessoas		1º Turno logística para o transporte de urnas e pessoal em caso de seca severa que impeça o tráfego do barco de grande porte.			
Item 6	22/10 a 26/10/2026	Porto Velho - São Carlos - Distrito de Nazaré - Distrito de Lago do Cuniã - Distrito de Santa Catarina - Distrito de Papagaios - Distrito de Calama - Distrito de Demarcação o Rio Machado - Distrito de Demarcação o Vila Rio Preto - Porto Velho, <u>se houver 2º turno.</u>	Frota de até 10 voadeiras, tipo lancha – capacidade mínima para 06 (seis) pessoas	5	Contingência da Eleição 2º Turno logística para o transporte de urnas e pessoal em caso de seca severa que impeça o tráfego do barco de grande porte.	3204		
LOTE 03 SUBTOTAL ESTIMADO								
VALOR TOTAL ESTIMADO								

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Locais a serem atendidos: Localidades localizadas ao longo do Baixo Madeira, entre elas: São Carlos - Nazaré - Lago do Cuniã - Santa Catarina - Papagaios - Calama - Demarcação Rio Machado.

Previsão de execução dos serviços:

I - Intimação de mesários: julho/2026;

II - Treinamento de mesários: agosto/2026;

III - Preparação das seções eleitorais: 1º e 2º turno das Eleições Municipais de 2026.

Serviços previstos para serem realizados nas localidades destinatárias:

I - Intimação de mesários e vistoria locais de votação;

II - Treinamento de mesários;

III – Fiscalização, segurança e montagem/instalação de seções nos locais de votação (1º turno);

IV – Fiscalização, segurança e montagem/instalação de seções nos locais de votação (2º turno, se houver).

Observação: O transporte fluvial atenderá uma equipe de servidores, autoridades, colaboradores e equipe de policiais militares a serviço da Justiça Eleitoral, bem como levará todos os materiais, equipamentos a serem utilizados no dia da votação, tais como notebooks, begans, cadernos de votação, impressos gráficos, material de expediente e as urnas eletrônicas de votação. Ainda, deverá ser transportado na mesma ocasião, os insumos para preparação de alimentação e a água mineral para consumo de todos.

Subcláusula Primeira – As demais regras das condições e especificações da solução são as detalhadas no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

Subcláusula Segunda – A Contratada deverá observar, entre outros, os critérios de sustentabilidade ambiental indicados no Item 4.1 do Termo de Referência correspondente.

Subcláusula Terceira – A Contratada deverá atender todas as condições indicadas neste instrumento, no Termo de Referência respectivo e em seus anexos, incluindo as condições de habilitações, oportunidade em que declara que foram atendidas as regras pré-contratuais desta contratação, assim como também atender todas as condições indicadas no item 5.2 do TR (Informações relevantes e especificações técnicas do objeto para o dimensionamento e elaboração da proposta).

Subcláusula Quarta - Vinculam-se a este Contrato, independente de transcrição:

1. O Termo de Referência e seus anexos;
2. O Edital da Licitação; e
3. A proposta da Contratada (eventos _).

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Art. 92, IV, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA SEGUNDA – A execução do objeto desta contratação será de forma indireta, sob o regime de menor preço, realizada mediante procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, conforme disposto no Edital respectivo e seus anexos.

DA SUBCONTRATAÇÃO

(Art. 122, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA TERCEIRA – Não é admitida a subcontratação do objeto contratual para os **Lotes 1 e 2**, pois o transporte de urnas e equipamentos de transmissão é uma atividade de segurança crítica que exige responsabilidade direta e exclusiva da contratada.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

(Art. 105 e sgs, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA QUARTA – Este Contrato terá vigência iniciada a contar da última assinatura das partes contratantes via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, encerrando-se em 31/12/2026, na forma do artigo 105 da Lei n. 14.133, de 2021, não havendo previsão de prorrogação do prazo referido.

Subcláusula Primeira – O prazo de execução desta contratação será conforme a programação de viagens, cuja previsão está informada na tabela da Cláusula Primeira deste instrumento, e que pode vir a sofrer alterações, a depender das necessidades do TRE-RO.

Subcláusula Segunda – Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

(Art. 92, IV, VII e XVIII, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA QUINTA – O regime de execução contratual, o modelo de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, bem como o Mapa de Gerenciamento de Riscos e os procedimentos de transição e finalização do contrato (quando cabíveis) constam no Termo de Referência e seus anexos, vinculados a este Contrato.

Subcláusula única – Para execução do objeto contratado, a Contratada deverá observar a seguinte dinâmica:

- 1) Lote 1: A execução dos serviços deverá obedecer ao cronograma dos serviços previstos na tabela inserta no item 1.2 do TR, os quais serão comunicados previamente à contratada pelo fiscal ou gestor do contrato, no prazo mínimo de 10 (dez) dias;
- 2) Lote 2: A execução dos serviços deverá obedecer ao cronograma dos serviços previstos na tabela inserta no item 1.2 do TR, os quais serão comunicados previamente à contratada pelo fiscal ou gestor do contrato, no prazo mínimo de 10 (dez) dias, sendo que os serviços descritos no item 4 do LOTE 2 somente serão demandados na ocorrência de 2º Turno das Eleições de 2026;
- 3) A descrição detalhada dos métodos, local da prestação, cronograma, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho será conforme datas e itinerários previstos nas tabelas constantes do item 1.2 e das obrigações da contratada;
- 4) O presente objeto da contratação possui normas específicas quanto à segurança das embarcações e outras pertinentes que serão exigidas na qualificação técnica e deverão ser mantidas durante a vigência contratual;
- 5) Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

DO PREÇO E DA DOTAÇÃO

(Art. 92, V e VI, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA SEXTA – As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correrão à conta dos recursos orçamentários da Justiça Eleitoral de Rondônia do exercício de 2026, conforme Programas de Trabalho LDA TRANSP1, destinado ao transporte fluvial para o Baixo Madeira no 1º Turno das Eleições Municipais, e LDA TRANSP2, destinado ao 2º Turno, se houver, observado o detalhamento orçamentário constante do item 10.1 do Termo de Referência (evento [1514354](#)), com empenho a ser realizado após a homologação e adjudicação do certame, nos termos do artigo 104 da Lei nº 14.133/2021, a seguir resumida, e consoante regras e critérios indicados nesta Cláusula:

LOTE 1

Lote	Item	Período da viagem	4. 5. Itinerário 6.	Tipo de Embarcação	Quantidade de diárias	Preço da diária	Preço do item
1	1	20/07 a 24/07/2026	Intimação de mesários - Porto Velho - São Carlos - Nazaré - Lago do Cuniã - Santa Catarina - Papagaios - Calama - Demarcação Rio Machado - Porto Velho.	Voadeira, tipo lancha – capacidade mínima de 06 (seis) pessoas	5		
	2	14/09 a 18/09/2026	Treinamento: Porto Velho - São Carlos - Nazaré - Lago do Cuniã - Santa Catarina - Papagaios - Calama - Demarcação Rio Machado - Porto Velho.	Voadeira, tipo lancha – capacidade mínima de 06 (seis) pessoas	5		
PREÇO TOTAL DO LOTE 1							

LOTE 2

Lote	Item	Período da viagem	7. 8. Itinerário 9.	Tipo de Embarcação	Quantidade de diárias	Preço da diária	Preço do item
2	3	10. 01/10 a 05/10/2026 11.	Porto Velho - São Carlos - Nazaré - Lago do Cuniã - Santa Catarina - Papagaios - Calama - Demarcação no Rio Machado - Porto Velho.	Barco com capacidade mínima para 60 (sessenta) pessoas	5		
	4	22/10 a 26/10/2026	Porto Velho - São Carlos - Nazaré - Lago do Cuniã - Santa Catarina - Papagaios - Calama - Demarcação no	Barco com capacidade mínima para 60 (sessenta)	5		



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

			Rio Machado - Porto Velho, se houver 2º turno.	pessoas			
PREÇO TOTAL DO LOTE 2							

Tabela RESUMO

RESUMO FINANCEIRO DA PROPOSTA DA CONTRATADA	
PREÇO TOTAL PARA AS VIAGENS DO LOTE 1	
PREÇO TOTAL PARA AS VIAGENS DO LOTE 2	
VALOR TOTAL DA PROPOSTA DA CONTRATADA	

2 - No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos decorrentes da execução do objeto, como, por exemplo, tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, serviços, lucro, mão de obra e fornecimento de materiais, e todos os outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Contrato, sendo que o Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser realizada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

3 - As despesas com a execução do presente Contrato correrão inicialmente à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia DE 2026, no Programa de Trabalho: _ e Natureza da Despesa: _, conforme Nota de Empenho n. __, datada de __/__/2026 (evento __), a ser reforçada, caso necessário, consoante detalhamento orçamentário a seguir:

FONTE ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA			
Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	
Pleitos Eleitorais	Transporte Fluvial para o Baixo Madeira - 1º Turno	LDA TRANSP1	
Pleitos Eleitorais	Transporte Fluvial para o Baixo Madeira - 2º Turno (se houver)	LDA TRANSP2	
Total estimado			

Observação: A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, caso se aplique a esta contratação, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, podendo se dar mediante apostilamento.

DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

(Art. 92, V e VI, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA SÉTIMA – Quanto aos critérios de medição e pagamento, deverão ser observadas as condições a seguir:

Avaliação da execução do objeto:

1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

I - não produziu os resultados acordados,

II - deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

III - deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

I - Atendimento integral das obrigações e instruções previstas neste termo;

II - Cumprimento pontual dos dias e horários dos itinerários previstos neste termo;

Recebimento:

1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022);

2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga;

3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022);

4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022);

5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo;
6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;
8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021);
9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;
10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
11. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;
12. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
 - 12.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022);
 - 12.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
 - 12.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
 - 12.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e
 - 12.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
13. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
14. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
15. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação:

1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022;
2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;
3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - I - o prazo de validade;
 - II - a data da emissão;
 - III - os dados do contrato e do órgão contratante;
 - IV - o período respectivo de execução do contrato;
 - V - o valor a pagar; e
 - VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação e de qualificação técnica exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

7. Constatando-se, junto ao SICAF ou sites, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sendo que enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado, com o registro de que o prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

10. Havendo a efetiva execução do objeto e mantendo-se a irregularidade verificada, a nota fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF;

11. Entre as comprovações de regularidade da contratada, deve haver comprovação de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), à Seguridade Social (CND), à Fazenda Federal (Tributos Federais e Dívida Ativa) à Justiça do Trabalho (CNDT), ao Conselho Nacional de Justiça e perante a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital, quando exigível e conforme o caso.

12. Desobriga-se o contratante a realizar o pagamento da fatura/nota fiscal desprovida de atestação da execução regular dos serviços pela Gestão ou Fiscalização do contrato, ou apresentada em desacordo com os valores constantes de sua proposta de preços, ou que contenham rasuras ou erros materiais

Prazo de pagamento:

1. O pagamento será realizado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#);

2. Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 12º, inciso II da Lei 14.133/2021;

3. Pelos eventuais atrasos dos pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data que o pagamento deveria ter ocorrido e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{365}{365} \times \frac{TX}{100} = \frac{6}{100} = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

4. a compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

5. Nenhum pagamento será realizado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta à contratada em virtude de penalidades ou inadimplências sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços, observando que:

a) O contratante poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada em decorrência direta ou indireta da execução do contrato.

Forma de pagamento:

1. O pagamento será realizado mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal/fatura, após o recebimento definitivo dos bens ou dos serviços atestados pelo fiscal e autorizado pelo gestor do contrato, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação municipal do imposto sobre serviços;

2. Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, email, número de celular ou chave aleatória;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

3. Poderá, ainda, o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe tratar-se de conta corrente ou conta poupança;
4. O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code;
5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária ou OBPIX para pagamento;
6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8. Em caso deste contrato vir a ser prorrogado e ocorrendo reajuste, revisão ou reequilíbrio dos preços contratados de serviços medidos e ainda não quitados, far-se-á o pagamento por meio de duas faturas, sendo uma principal correspondente aos serviços com os preços não reajustados e outra suplementar como os valores decorrentes do reajustamento aplicado

Retenção e glosa de valor:

1. Administração poderá, mediante despacho fundamentado e ouvida a Fiscalização/Gestão, realizar a retenção de valor a ser pago à Contratada, destinado à futura quitação de eventuais prejuízos acarretados à Administração e/ou a terceiros, para eventual compensação de sanções pecuniárias propostas pela Fiscalização, por irregularidade ou impropriedade na execução ou por inexecução de serviço previsto no escopo, conforme indicado na respectiva nota técnica;
2. Havendo proposta de RETENÇÃO DE VALOR, poderá ser liberado o pagamento parcial da parte incontroversamente devida à Contratada, até ulterior decisão no respectivo processo administrativo;
3. Poderá a Administração GLOSAR VALOR, de forma definitiva, em relação a pagamento a ser realizado ao Contratado, para fins de fazer frente a eventuais prejuízos acarretados, para compensação de sanções pecuniárias ou por inexecução de serviços previstos no escopo, conforme decidido em prévio e competente processo administrativo;
4. O valor retido será transformado em glosa e recolhido à Contratante (observada a legislação orçamentária e financeira), ou liberado para pagamento ao Contratado, total ou parcialmente, a depender da decisão final no respectivo processo administrativo;
5. Mesmo havendo glosa ou retenção de valor por determinação da autoridade competente, o documento fiscal deverá ser emitido com o valor total executado na contratação;
6. A glosa de valor sempre dependerá de decisão final irreversível em processo administrativo no qual será observado o contraditório e a ampla defesa.

Antecipação de pagamento:

1. A Antecipação de pagamento não se aplica a este contrato.

Cessão de crédito:

1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico:
 - 1.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante;
 - 1.2. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo;
 - 1.3. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação e de qualificação técnica por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020;
 - 1.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração;
 - 1.5. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

DO REAJUSTE

(Art. 25, §§ 7º e 8º; art. 92, V, §§ 3º e 4º, e art. 135 da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA OITAVA - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerada a data da Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação - ICVEC, concluída em 11/05/2026.

Subcláusula Primeira – Na ocorrência excepcional de prorrogação contratual, após o interregno de 1 (um) ano, e



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade originária, para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Subcláusula Segunda – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, em casos de outras excepcionais prorrogações contratuais, o interregno mínimo de um ano será contado da data de início dos efeitos financeiros do início último reajuste ocorrido.

Subcláusula Terceira – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s). Na ocorrência dessa hipótese, fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente.

Subcláusula Quarta – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Subcláusula Quinta – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Subcláusula Sexta – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Subcláusula Sétima – O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

(Art. 92, XII, e art. 96 e segs. da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA NONA – A CONTRATADA deverá apresentar a garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, nos moldes do art. 96 e segs da Lei n. 14.133, de 2021.

Subcláusula Primeira – A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

Subcláusula Segunda – No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

Subcláusula Terceira – Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, e permanecerá em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

Subcláusula Quarta – A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

Subcláusula Quinta – Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

Subcláusula Sexta – Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

Subcláusula Sétima – A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II - multas moratórias e punitivas aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e

III - obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

Subcláusula Oitava – A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

Subcláusula Nona – A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

Subcláusula Décima – Caso a garantia seja mediante títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

Subcláusula Décima Primeira – No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

Subcláusula Décima Segunda – No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Subcláusula Décima Terceira – Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

Subcláusula Décima Quarta – O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

Subcláusula Décima Quinta – Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

Subcláusula Décima Sexta – O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

Subcláusula Décima Sétima – A garantia de execução é independente da que eventualmente seja prevista no Termo de Referência especificamente para os itens entregues e serviços executados.

Subcláusula Décima Oitava – A não apresentação da garantia ou sua apresentação em desacordo com o prazo fixado significará recusa à assinatura do contrato, ensejando aplicação das sanções previstas.

DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

(Art. 117 da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA DÉCIMA – No TRE-RO, a gestão desta contratação será exercida pelo titular da Seção de Apoio às Contratações (SAC), tendo como gestora Substituta a titular da Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP), e a fiscalização desta contratação será exercida pelo titular da 20ª Zona Eleitoral em Porto Velho (20ªZE), ou, nas ausências dos titulares referidos, pelos respectivos substitutos automáticos ou designados, competindo aos mencionados servidores as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

Subcláusula Primeira – O fiscal técnico do contrato, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

Subcláusula Segunda – O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação e de qualificação técnica da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Subcláusula Terceira – O gestor do contrato - ou a equipe de gestão - coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

Subcláusula Quarta – O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n. 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto n. 11.246, de 2022, art. 21, X).

Subcláusula Quinta – Cabe à gestão e fiscalização do contrato o recebimento do objeto, o pagamento, o gerenciamento dos acessos e todos os demais atos necessários ao adequado cumprimento dos termos pactuados.

Subcláusula Sexta – A comunicação entre a gestão/fiscalização e a contratada dar-se-á por meios oficiais, documentado nos autos.

Subcláusula Sétima – Competem aos titulares e substitutos mencionados nesta Cláusula observar as normas impostas pela Instrução Normativa 04/2008/TRE-RO e suas alterações.

Subcláusula Oitava - A atuação ou a eventual omissão da gestão e da fiscalização durante a execução da contratação não poderão ser invocadas para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Art. 92, X, XI e XIV, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – São obrigações, deveres e responsabilidades do CONTRATANTE:

1. Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto;
2. Relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na execução dos serviços;
3. Exigir e conferir todos os documentos listados nas obrigações prévias da contratada, manifestando-se por sua regularidade ou notificar a contratada para que os apresente em prazo razoável, sob pena de não celebrar o contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais e editalícias;
4. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos, preços e condições estabelecidas no TR e anexos, assim como no contrato;
5. Reunir-se com a contratada sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à execução dos serviços;
6. Assegurar, quando exigível, o acesso dos empregados da contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
7. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo,

anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas de parte desta;

8. Notificar a contratada para, no prazo máximo concedido, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos aspectos em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;

9. Rejeitar, através do fiscal contrato, a execução dos serviços em desacordo com as obrigações estabelecidas no contrato e fixar prazo para a correta execução do objeto;

10. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública;

11. Efetuar o pagamento à CONTRATADA dos serviços executados e devidamente atestados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;

12. Adotar as medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;

13. Aplicar à CONTRATADA sanções motivadas pela inexecução total ou parcial da contratação e pelas demais infrações administrativas sujeitas à fiscalização do Contratante, quando necessário;

14. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive de restabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução da presente contratação, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando que, concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período (art. 123, Lei n. 14.133/2021);

15. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA;

16. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento do objeto da contratação;

17. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução da contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados; e

18. Cumprir as demais obrigações necessárias à execução do objeto deste instrumento contratual.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Art. 92, X, XI e XIV, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – São obrigações, deveres e responsabilidades da Contratada:

1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições para a execução do objeto nos termos estabelecidos na sua proposta comercial, no TR e anexos, no edital, no instrumento de contrato e nas normas específicas relacionadas ao transporte fluvial de passageiros;
2. Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do contratante, acréscimos ou supressões do objeto da contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total ou estimado do contrato, na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021;
3. Indicar, quando exigível, um preposto para o contrato, sendo este o interlocutor da contratada para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado pelo contratante;
4. Responder solicitações para elucidação de eventuais questões relacionadas à execução do contrato;
5. Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;
6. Apenas subcontratar parcialmente a execução do objeto do contrato com prévia anuência do contratante e com observância estrita das regras definidas no contrato, e somente se a subcontratação for expressamente permitida;
7. Substituir os serviços não aprovados pela fiscalização e cumprir as obrigações pendentes em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação, salvo justificativa razoável;
8. Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que possa impossibilitar a execução do objeto do contrato e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
9. Arcar com a todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução do objeto do contrato, tais como: impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos e todos os demais incidentes;
10. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao TRE-RO ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
11. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e de qualificação técnica exigidas na contratação;
12. Cumprir as demais disposições contratuais, legais, principalmente da legislação específica aplicável à execução do objeto do contrato;
13. Realizar o Despacho no órgão de despachos no dia da viagem, de acordo com a NORMAN-08/DPC e apresentar o documento para conferência do fiscal do contratante;

14. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da prestação de serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
15. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 12 (doze) horas, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
16. Indenizar o Contratante e/ou terceiros, por quaisquer danos ou prejuízos resultantes do uso da embarcação ou desaparecimento de bens materiais do Contratante, seja por dolo ou culpa de seus empregados, relacionados com o objeto do Termo de Referência;
17. Indenizar o Contratante e/ou terceiros, por quaisquer danos ou prejuízos resultantes de ações/omissões, seja por dolo ou culpa dos seus empregados, relacionados com o objeto do Termo de Referência;
18. Em caso de incidente ou acidente, a Contratada deverá custear todas as despesas decorrentes de: atendimento médico-hospitalar geral e irrestrito (pré-hospitalar, hospitalar, ambulatorial, fisioterápico, psicológico, etc.), de transporte e traslado, de funerais e demais despesas relacionadas diretamente ou indiretamente às vítimas e a terceiros;
19. Comunicar imediatamente ao contratante, pelo meio mais rápido, qualquer discrepância ocorrida na embarcação, que venha afetar a segurança a bordo;
20. Apresentar por sua conta as embarcações devidamente vistoriadas, homologadas e licenciadas pelos órgãos regulamentares, completamente limpos, abastecidos (tanque cheio) e com a manutenção em dia;
21. Empregar embarcações em perfeitas condições de navegabilidade e de acordo com os requisitos previstos no Termo de Referência e nas normas de navegabilidade;
22. Apresentar ao Contratante, no início da operação, durante a respectiva vigência do contrato, ou sempre que for necessária a substituição da embarcação, o comprovante de homologação e documentação exigida pela Marinha do Brasil para funcionamento de embarcações, e demais documentos de porte obrigatório a bordo da embarcação;
23. Manter relatório atualizado, com nome dos tripulantes e passageiros, nome e área de missão/operação, horários de acionamento e desacionamento, que deverão ser assinados diariamente pelo Piloto e pelo fiscal do contrato;
24. Garantir que a tripulação esteja devidamente habilitada pela Marinha do Brasil;
25. Apresentar ao Contratante, quando solicitado, documentos que comprovem a habilitação e qualificação técnica dos tripulantes perante a Marinha do Brasil, bem como documentos comprobatórios de vínculos empregatícios com a Contratada;
26. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da manutenção, da limpeza e higiene e das demais despesas decorrentes do bom funcionamento da embarcação;
27. Responsabilizar-se pelos deslocamentos, diárias, estadias e alimentação da tripulação;
28. Responsabilizar-se pelas despesas de tarifas portuárias e de uso das comunicações;
29. Responsabilizar-se pelas despesas de ancoragem das embarcações;
30. Arcar com as despesas decorrentes de eventuais infração/multas, taxas, emolumentos, impostos e outras advindas da legalização da(s) embarcação(ões);
31. Arcar com as despesas com todos os custos relativos às revisões programadas, manutenções preventivas e corretivas, necessárias a garantir o funcionamento das embarcações objeto da presente contratação, bem assim como as despesas eventuais com rebocadores, embarque ou transporte de cargas;
32. Ocorrendo a indisponibilidade da embarcação, por quaisquer razões, a contagem da viagem será reiniciada após a disponibilidade daquela embarcação ou de outra com as mesmas especificações contidas no Termo de Referência, no local onde foi interrompida a operação/missão ou em local definido pelo Contratante;
33. Atender aos requisitos de sustentabilidade previstos no Termo de Referência;
34. Cumprir com rigor e pontualidade os horários de saída e chegada das embarcações nas datas previstas no quadro do item 1.2 do Termo de Referência;
35. Apresentar a garantia prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 no prazo previsto do item 4.8.1 do TR;
36. Fornecer ao representante do TRE-RO, antes do início do deslocamento das embarcações, listagem contendo o nome de todos os passageiros a bordo, incluindo tripulação, com coletes salva vidas em adequado estado de conservação e suficiente para cada um dos tripulantes e passageiros;
37. Manter, durante todo o trajeto e período de utilização das embarcações por parte da Justiça Eleitoral de Rondônia, técnico responsável pela manutenção de equipamentos motores e de propulsão da embarcação;
38. Em caso de pane mecânica e elétrica durante os percursos e itinerários previstos no quadro do item 1.2 do TR, que impossibilite a continuidade dos referidos deslocamentos, deverá a contratada fornecer embarcação reserva, às suas expensas, que atenda, inclusive, a todos os requisitos estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e anexos;
39. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, em função da execução do

- objeto do Termo de Referência, assim como os referentes a acidentes de trabalho;
40. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
 41. Manter sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos e especificações provenientes da execução do Contrato e também às demais informações internas da CONTRATANTE, das quais a CONTRATADA tiver conhecimento, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los;
 42. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021), se aplicável a esta contratação;
 43. Comprovar, sempre que solicitado pela Administração, a reserva de cargos a que se refere a item anterior, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n. 14.133/2021), se aplicável;
 44. Manter-se, durante a vigência deste contrato, devidamente válidas e atualizadas, as seguintes certidões de regularidade, cuja autenticidade será verificada pela Internet, e enviar ao contratante os seguintes documentos juntamente com nota fiscal/fatura:
 - a) Certidão de Regularidade relativa à Seguridade Social (CND), expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
 - b) Certidão Negativa de Débitos Relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedidas conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
 - c) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS-CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal (CEF);
 - d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho (TST);
 - e) certidão negativa junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); e
 - f) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital, quando exigível e conforme o caso.
 45. Enviar ao TRE-RO a nota fiscal/fatura, nos termos pactuados, observando que:
 - a) havendo erro na nota fiscal, ou na nota fiscal/fatura, ou outra circunstância que desaprove o recebimento, este ficará pendente e o pagamento suspenso até que a CONTRATADA tome as medidas saneadoras necessárias, não podendo a CONTRATADA interromper a execução do contrato até o saneamento das irregularidades, sendo que, durante o período em que o recebimento estiver pendente e o pagamento suspenso, por culpa da CONTRATADA, não incidirá sobre o TRE-RO qualquer ônus, inclusive financeiro.
 46. Vedar a utilização, na execução dos serviços, empregados ou admitir em seu quadro societário pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, comunicando imediatamente o TRE-RO sobre a possibilidade de tais ocorrências, nos termos do artigo 7º do Decreto n. 7.203, de 2010 e art. 2º, V, da Resolução CNJ n. 7/2005;
 47. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal/distrital, as normas de segurança do CONTRATANTE, quando cabível;
 48. Observar e fazer observar por seus empregados, prepostos, tripulantes e quaisquer colaboradores envolvidos na execução do contrato, a Resolução TRE-RO 31/2023, abstendo-se da prática de assédio moral, assédio sexual e de qualquer forma de discriminação contra servidores, colaboradores, autoridades, passageiros e demais pessoas a serviço da Justiça Eleitoral durante todo o período de execução contratual, inclusive a bordo das embarcações, nos embarques, desembarques e nas localidades de destino;
 49. Adotar, durante a execução do contrato, condutas compatíveis com a Política de Integridade nas Contratações instituída pela IN TRE-RO 3/2026 e com a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), abstendo-se de praticar, tolerar ou ocultar atos lesivos à Administração Pública, fraude, corrupção, conflito de interesses, recebimento ou oferta de vantagens indevidas, bem como qualquer prática que comprometa a integridade da contratação;
 50. Comunicar imediatamente ao gestor do contrato, por escrito, qualquer ocorrência, denúncia ou indício de prática de assédio, discriminação, fraude, corrupção ou violação à integridade da contratação de que tenha conhecimento, preservando o sigilo e a proteção das pessoas envolvidas, nos termos da Resolução TRE-RO 31/2023 e da IN TRE-RO 3/2026;
 51. Cientificar formalmente seus empregados, prepostos e tripulantes, antes do início da execução dos serviços, sobre as regras de conduta previstas na Resolução TRE-RO 31/2023 e na IN TRE-RO 3/2026, bem como sobre

- os canais oficiais de denúncia disponibilizados pelo TRE-RO, mantendo registro comprobatório dessa cientificação à disposição da fiscalização; e
52. Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO, assim como as disposições legais aplicáveis à execução do objeto do contrato.

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

(Lei 13.709/2018)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

- I - As partes deverão cumprir a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou da contratação administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;
- II - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;
- III - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;
- IV - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todas as contratações de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada;
- V - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;
- VI - É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;
- VII - A Contratada deverá exigir dos eventuais suboperadores/subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância; (quando for o caso de subcontratação);
- VIII - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados; (se exigível);
- IX - A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;
- X - Bancos de dados formados a partir de contratações administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos, sendo que:
- a) os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- XI - A contratação está sujeita a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD; e
- XII - As contratações e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

DA PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO, À DISCRIMINAÇÃO E DA INTEGRIDADE NAS CONTRATAÇÕES

(Resolução TRE-RO 31/2023 e Instrução Normativa TRE-RO 3/2026)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – A CONTRATADA obriga-se a observar, durante toda a execução contratual, a Resolução TRE-RO nº 31/2023, que institui a Política e os Mecanismos de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, bem como a Instrução Normativa TRE-RO nº 3/2026, que dispõe sobre a Política de Integridade nas Contratações.

Subcláusula Primeira – Da vedação ao assédio e à discriminação:

- I – É expressamente vedada a prática, pela CONTRATADA, seus sócios, administradores, empregados, prepostos, tripulantes, terceirizados, subcontratados ou qualquer pessoa a seu serviço, de quaisquer condutas caracterizadoras de:
- a) assédio moral, assim entendido como toda conduta abusiva, reiterada e prolongada, exercida no ambiente de trabalho ou em razão dele, que exponha o trabalhador, servidor, colaborador ou terceiro a situações humilhantes, vexatórias ou constrangedoras;
- b) assédio sexual, caracterizado por qualquer conduta de natureza sexual, física, verbal ou não verbal, não desejada pela vítima, que afete sua dignidade ou crie ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou ofensivo;
- c) discriminação de qualquer natureza, em especial por motivo de raça, cor, etnia, origem, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, religião, convicção política ou filosófica, idade, condição social, situação familiar, deficiência, estado de saúde ou qualquer outra forma de discriminação vedada pela legislação.
- II – As vedações previstas no inciso I aplicam-se a toda relação travada na execução contratual, abrangendo a interação



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

com servidores, autoridades, colaboradores, policiais militares, mesários, eleitores, passageiros, ribeirinhos e demais pessoas que, direta ou indiretamente, sejam alcançadas pelos serviços de transporte fluvial.

Subcláusula Segunda – Dos deveres de prevenção e identificação:

I – A CONTRATADA deverá, antes do início da execução dos serviços e sempre que houver substituição de empregados, prepostos ou tripulantes, dar ciência formal, mediante termo assinado, das regras de conduta previstas na Resolução TRE-RO 31/2023 e na IN TRE-RO 3/2026, bem como dos canais oficiais de denúncia mantidos pelo TRE-RO;

II – A CONTRATADA manterá, à disposição da fiscalização, os comprovantes de identificação referidos no inciso anterior, podendo ser exigidos a qualquer tempo;

III – A CONTRATADA deverá adotar medidas internas de prevenção, orientação e enfrentamento ao assédio e à discriminação, compatíveis com seu porte e com a natureza do serviço prestado.

Subcláusula Terceira – Da integridade nas contratações:

I – A CONTRATADA compromete-se a pautar sua atuação pelos princípios da integridade, da ética, da transparência, da legalidade, da impessoalidade e da boa-fé objetiva, abstendo-se da prática de quaisquer atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013 e na IN TRE-RO 3/2026;

II – A CONTRATADA declara, sob as penas da lei, que:

a) não oferece, promete ou concede, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida a agente público, servidor ou terceiro relacionado à contratação;

b) não financia, custeia, patrocina ou de qualquer modo subvenciona a prática de atos ilícitos relacionados à contratação;

c) não utiliza interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

d) não obstrui, dificulta ou frauda a fiscalização da contratação por agentes públicos, órgãos ou entidades de controle;

e) não há, em seu quadro societário ou administrativo, pessoas que se enquadrem nas vedações da Resolução CNJ 7/2005 e do Decreto 7.203/2010 (nepotismo);

f) não possui conflito de interesses com agentes públicos do TRE-RO envolvidos na contratação, comprometendo-se a comunicar imediatamente qualquer situação superveniente que possa configurá-lo.

III – A CONTRATADA deverá cooperar com a Administração em ações de prevenção, detecção e apuração de irregularidades, fraudes e atos lesivos, facultando-se ao TRE-RO realizar diligências, auditorias e solicitar documentos para verificação do cumprimento desta cláusula.

Subcláusula Quarta – Dos canais de denúncia:

I – A CONTRATADA, seus empregados, prepostos, tripulantes e quaisquer pessoas envolvidas na execução contratual poderão utilizar os canais oficiais de denúncia disponibilizados pelo TRE-RO para comunicação de práticas de assédio, discriminação, fraude, corrupção ou de qualquer ato contrário à integridade, sendo assegurados o sigilo, a proteção do denunciante de boa-fé contra retaliações e o devido processo legal aos envolvidos;

II – A comunicação de ocorrências relativas a assédio, discriminação ou violação à integridade deverá ser realizada imediatamente ao gestor do contrato, sem prejuízo da utilização direta dos canais institucionais previstos na Resolução TRE-RO 31/2023 e na IN TRE-RO 3/2026.

Subcláusula Quinta – Das consequências do descumprimento:

I – O descumprimento, pela CONTRATADA, das obrigações previstas nesta cláusula configura infração contratual grave, sujeitando-a, observado o devido processo legal, contraditório e ampla defesa, às sanções previstas na Cláusula Décima Quinta deste Contrato, sem prejuízo da responsabilização civil, administrativa e penal aplicáveis, inclusive nos termos da Lei nº 12.846/2013;

II – A apuração de prática de assédio, discriminação ou ato lesivo à integridade poderá ensejar, conforme a gravidade, a extinção do contrato com fundamento no art. 137, I e II, da Lei nº 14.133/2021;

III – A implantação ou o aperfeiçoamento, pela CONTRATADA, de programa de integridade e de mecanismos efetivos de prevenção e combate ao assédio e à discriminação será considerada circunstância atenuante na dosimetria de eventuais sanções, nos termos do art. 156, §1º, V, da Lei nº 14.133/2021.

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Art. 92, XIV, Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Na ocorrência das infrações administrativas descritas adiante, poderão ser aplicadas as sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021, na forma seguinte:

1. Advertência: pelo cometimento da infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

- Multa: de acordo com a gravidade da conduta, do valor do contrato celebrado ou da obrigação inadimplida, aplicada ao responsável por qualquer das seguintes infrações administrativas:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

- II - dar causa à inexecução total do contrato;
- III - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- IV - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- V - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

2.1. A Multa referida será aplicada conforme segue:

2.1.1. Multa: de 0,5% (meio por cento) até o máximo de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 156 da L. 14.133/2021, observados as situações descritas no seu § 1º:

- a) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da obrigação inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b) Moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado no cumprimento das demais obrigações inadimplidas, até o limite de 30 (trinta) dias;
- c) Atraso de até 5 (cinco) dias para apresentação de garantia contratual: multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato;
- d) Atraso de 5 (cinco) a 10 (dez) dias de atraso para apresentação de garantia contratual: multa de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato; e
- e) Atraso superior a 10 (dez) dias para apresentação de garantia contratual: multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

2.1.2. Multa quanto à disponibilização das embarcações e da tripulação em condições regulares de navegação nos prazos e horários acordados com os representantes do contratante:

- a) Atraso de até 2 (duas) horas: multa de 3,0% (três por cento) sobre o valor do contrato;
- b) Atraso superior 2 (duas) horas até o limite de 6 (seis) horas: multa de 5,0% (cinco por cento) sobre o valor do contrato;
- c) Atrasos superiores 6 (seis) horas: multa de 10,0% (dez por cento) sobre o valor do contrato podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato;
- d) O atraso superior autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021; e
- e) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

2.1.3. Multa pelo descumprimento das obrigações relativas à prevenção e ao enfrentamento do assédio, da discriminação e à integridade nas contratações (Resolução TRE-RO 31/2023 e IN TRE-RO 3/2026): de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, conforme a gravidade da conduta, a reincidência, a extensão dos danos e as circunstâncias do caso concreto, sem prejuízo da extinção contratual e das demais sanções cabíveis.

1. Impedimento de licitar e contratar: quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

- I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- II - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

2. Declaração de inidoneidade: será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 3 desta seção e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

- I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- II - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IV - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Subcláusula Primeira – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei n. 14.133/2021).

Subcláusula Segunda – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei n. 14.133/2021).

Subcláusula Terceira – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

Subcláusula Quarta – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei n. 14.133/2021).

Subcláusula Quinta – O Contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pelo contratado, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário).

Subcláusula Sexta - Em caso de multa ou condenação eventualmente aplicadas ao Contratado, o valor deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, sendo que o valor será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário).

Subcláusula Sétima - De igual modo, caso o Contratado não tenha nenhum valor a receber do TRE-RO Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pelo Contratado através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Oitava - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 3º da Lei 10.522/02).

Subcláusula Nona - Se o Contratado não recolher o valor da multa ou da condenação eventualmente aplicadas, dentro estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

Subcláusula Décima - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Primeira - As multas e demais penalidades previstas nesta seção não eximem o adjudicatário ou contratado da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

Subcláusula Décima Segunda - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, aplicando-se, no que couber, as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, normativo que poderá ser atualizado no decorrer da execução do contrato para inserção das disposições da Lei n. 14.133/2021 e observado ainda o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n. 14.133, de 2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Subcláusula Décima Terceira - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei n. 14.133/2021):

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para o Contratante;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Subcláusula Décima Quarta - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

Subcláusula Décima Quinta - O procedimento para aplicação de sanções pela CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e, no que couber, as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, normativo que poderá ser atualizado no decorrer da execução do contrato para inserção das disposições da Lei n. 14.133/2021.

Subcláusula Décima Sexta - A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei n. 14.133/2021).

Subcláusula Décima Sétima - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep),

instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei n. 14.133/2021).

Subcláusula Décima Oitava - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n. 14.133/2021.

DA EXTINÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Art. 92, XIX, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

Subcláusula Primeira - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro.

Subcláusula Segunda - Quando a não conclusão do contrato referida na subcláusula anterior decorrer de culpa do contratado:

I - Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

II - Poderá o Contratante optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

Subcláusula Terceira - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n. 14.133/2021, sendo que, nestas hipóteses, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

Subcláusula Quarta - Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pelo contratado, na vigência da contratação, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Quinta - Constitui igualmente motivo de extinção contratual, na forma do art. 137, I e II, da Lei nº 14.133/2021, a prática, pela CONTRATADA, seus sócios, administradores, empregados, prepostos ou tripulantes, de condutas caracterizadoras de assédio moral, assédio sexual ou discriminação (Resolução TRE-RO 31/2023), bem como de atos lesivos à integridade da contratação previstos na IN TRE-RO 3/2026 e na Lei nº 12.846/2013, devidamente apurados em processo administrativo no qual se assegure o contraditório e a ampla defesa.

DAS ALTERAÇÕES

(Arts. 124 a 136 da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n. 14.133, de 2021, observando o que segue:

Subcláusula Primeira - Esta contratação poderá ser alterada unilateralmente pela administração Contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 124 da Lei n. 14.133/2021.

Subcláusula Segunda - A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

Subcláusula Terceira - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contratação.

Subcláusula Quarta - Constitui ônus da contratada a apresentação de documentação comprobatória dos fatos alegados ensejadores do eventual reequilíbrio econômico-financeiro pleiteado, e esse pedido deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

Subcláusula Quinta - Registros que não caracterizam alteração da contratação podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n. 14.133/2021.

DOS CASOS OMISSOS

(Art. 92, III, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei n. 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

DA DIVULGAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

(Art. 94, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - O Contratante providenciará a divulgação do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar de sua assinatura (art. 94, I, Lei n. 14.133/2021), no seu sítio eletrônico oficial na internet e sua publicação, no mesmo prazo, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

DO FORO

(Art. 92, § 1º, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Em cumprimento ao art. 92, § 1º da Lei n. 14.133/2021, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste Contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, __ de _____ de 2026.

RADUAN MIGUEL FILHO
Pelo CONTRATANTE

Pela CONTRATADA

Testemunha

Testemunha

0000361-47.2026.6.22.8000

1534678v5